



20
22

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU



CBTU

**Companhia Brasileira
de Trens Urbanos**

SUMÁRIO

4

MENSAGEM DO PRESIDENTE

7

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

CBTU – Missão e visão

Estrutura organizacional

Ambiente externo e interno

Modelo de negócio

18

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Objetivos estratégicos

Estrutura de governança

Canais de comunicação

26

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Estrutura de Gestão e Controle das Demandas Judiciais

33

RESULTADOS DA GESTÃO

Resultados alcançados e metas

Indicadores de desempenho

Perspectivas e desafios

47

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Gestão orçamentária e financeira

Gestão de pessoas

Gestão de licitação e contratos

Gestão da tecnologia da informação

Sustentabilidade ambiental

59

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM DO PRESIDENTE



José Marques de Lima
Diretor-Presidente

Prezados(as),

Através deste Relatório de Gestão Integrado 2022, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU reforça o cumprimento de seu dever quanto empresa pública de informar a sociedade sobre as informações e desempenho da Companhia neste ano que passou. Asseguro a integridade das informações presentes neste relatório.

Em 2022, embora ainda com a pandemia, houve a retomada das atividades, permitida pela vacinação em massa dos brasileiros. No entanto, essa recuperação não ainda pôde ser vista em nosso número de passageiros.

Foram transportados cerca de 74 milhões de passageiros no ano, com uma média em dia útil de 253 mil usuários. Estes números representam cerca de 50% do movimento pré-pandemia de 2019. A recomposição tarifária somada com novas escalas de trabalho, como por exemplo o homeoffice, podem explicar esses números. Aguardemos o comportamento dos passageiros para este próximo ano.

No campo administrativo, em continuidade com o aprimoramento de mecanismos de gestão e compliance, buscando maior eficiência, tivemos uma redução de 21% de ações judiciais relacionadas a 2021, a queda ocorreu em todos os estados.

Também foi possível, com procedimentos licitatórios adequados, uma economia de R\$ 31.734.408,94 nas contratações em relação a valor inicial estimado. As receitas não operacionais, levando em conta as Superintendências de Recife, Maceió Natal e João Pessoa, houve um aumento de aproximadamente 10%.

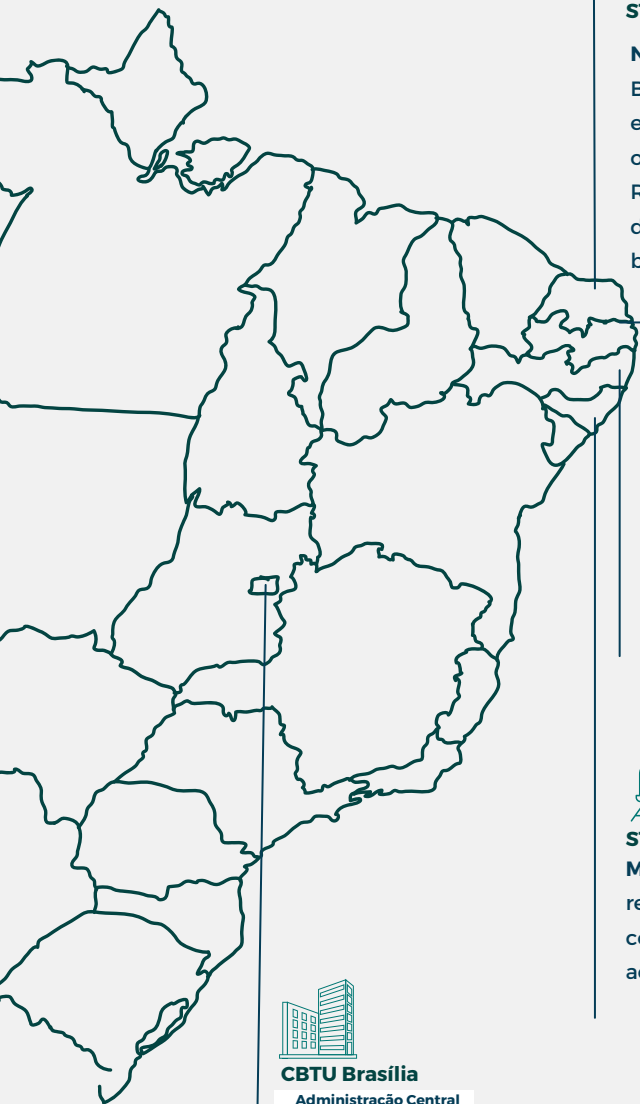
Foi neste ano que a Superintendência de Belo Horizonte passou por um processo de desestatização, o leilão aconteceu no mês de dezembro. A assinatura do contrato será realizada no próximo ano, onde o Governo Federal irá delegar a competência ao Estado de Minas, que, automaticamente, fará a concessão a empresa vencedora.

Em maio de 2022 os estados de Pernambuco, Maceió e Natal foram atingidos por fortes chuvas, o que afetou via permanente, material rodante, rede aérea, causando interrupção de trechos. Com um trabalho alinhado com a Defesa Civil, foi possível realizar contratações de equipamentos e intervenções para restabelecimento de operação.

Em Natal, a Linha Branca já está em operação, restando apenas a entrega de uma estação, a Linha Roxa, depois de alguns problemas estruturais está em bom ritmo e será concluída no primeiro semestre de 2023. Os desvios ferroviários em João Pessoa foram entregues assim como a modernização do sistema de sinalização. No Recife, 2022 foi marcado pela segurança operacional do sistema.

A CBTU segue na busca constante de alcançar seu objetivo de promover e prover a mobilidade urbana, por meio do transporte de pessoas sobre trilhos. A nossa prioridade é contribuir com a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das cidades.

É dentro deste conceito de qualificação e padronização dos processos internos, aprimoramento de mecanismos de controle e investimentos na operação, visando melhorias na prestação de serviços, que produzimos este Relatório de Gestão. **Boa Leitura!**



STU-Natal

Natal: As obras da Linha Branca e Roxa estão em ótimo ritmo. A Linha Branca já está em operação, restando apenas uma estação para ser entregue. Ao todo, (Linha Branca e Roxa) serão 28km de via férrea e oito novas estações, garantindo mobilidade para a população da Região Metropolitana de Natal. A meta para 2023 é avançar nas obras das Linhas branca e Roxa, deixando a mesma em plena operação e beneficiando o público estimado de 11.000 pessoas



STU-João Pessoa

João pessoa: Ao todo, 14 Passagens de Níveis (PN's) estão recebendo os conjuntos de sinalização completos, que incluem módulos eletrônicos e postes. A migração para esse novo sistema aumenta a confiabilidade e eficiência na segurança de tráfego e para 2023 o objetivo é implantar a atualização dos sistemas de sinalização, aumentando os níveis de confiabilidade e eficiência, tornando a operação regular, segura e pontual



STU-Recife

Recife: Em 2022 - conclusão dos trabalhos da Pesquisa de Origem e Destino feito pela CBTU Recife. Os dados são importantes para subsidiar a Companhia para planejamentos futuros, eventual expansão bem como na utilização de recursos e economia dos mesmos. Busca-se concluir a pesquisa de origem-destino, de modo a propiciar a população o atendimento a sua real necessidade de deslocamento, através de ajustes de grade e planejando/projetando futuras expansões e integrações.



STU-Maceió

Maceió: Objetivamos garantir o avanço nas negociações junto a BRASKEN, para o restabelecimento da plena operação e compensação para a CBTU e população afetada com o seccionamento da via. Além disso, foram reformadas estações do sistema e tais ações vão continuar para 2023.



CBTU Brasília

Administração Central

Administração Central - DF: A CBTU continua com o pagamento da dívida histórica com a Refer. Busca-se também o aprimoramento de processos internos, assim como mecanismos de compliance. Para 2023 vamos avançar no aprimoramento dos processos internos, contratação do mapeamento de riscos, elaboração de planejamento estratégico.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

QUEM SOMOS

A CBTU opera os sistemas de passageiros nas regiões metropolitanas de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. Seu desempenho revela a capacidade em promover a mobilidade e acessibilidade da população ao transporte público, adotando diretrizes que consolidem metrô e veículos leves sobre trilhos - VLTs como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Na vanguarda da modernização do seu sistema de transporte de passageiros sobre trilhos, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos está ciente da sua responsabilidade como protagonista da conformação urbana das regiões metropolitanas em que atua, concatenando ações colaterais para minimizar as externalidades negativas geradas pelos congestionamentos, atrasos, intrusão visual, acidentes, ruídos, emissão de gases de efeito estufa e seus impactos nocivos sobre a saúde da população e sobre o meio ambiente.

Nosso Compromisso
Modernizar, expandir e
implantar sistemas de
transporte de passageiros
sobre trilhos no país.



ESTATUTO SOCIAL

CAP. II - ART. 4º - DO OBJETO SOCIAL

Execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;

Planejamento, estudo, projetos, construção e implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, nas Regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;

Operação e a exploração comercial dos serviços de transporte de passageiros sobre trilhos;

Exploração econômica da marca, patente, denominação, insígnia, bem como todos os recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bem móveis e imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

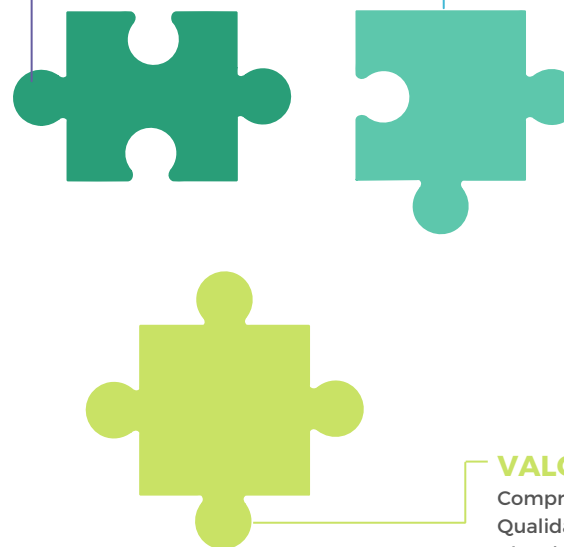
MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

“Promover e prover a mobilidade urbana por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, contribuindo para a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das cidades”.

VISÃO

“Tornar-se referência no planejamento, projeto, implantação e operação do transporte urbano de pessoas sobre trilhos, propiciando a ampliação da participação deste modal nas cidades e a expansão da malha metroferroviária nacional”.



VALORES

Comprometimento, Qualidade, Eficácia, Planejamento e Probidade

Principais normas direcionadoras de sua atuação:

- Art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957
- Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974
- Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984
- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016
- Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016
- Lei nº 9.491 de 9 de setembro de 1997

Principais eventos societários ocorridos no exercício 2022

A desestatização de Belo Horizonte formalizada pelos colegiados da CBTU:

- Reunião Extraordinária nº 71 do Conselho de Administração
- Reunião Ordinária do nº 550 do Conselho Fiscal
- Reunião Ordinária nº 675 da Diretoria Executiva
- Reunião Extraordinária nº 644 da Diretoria Executiva

Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedade de propósito específico:

Seguindo a lei 13.303, de 30 de junho de 2016, a CBTU não tem uma política específica de designação de representantes nas assembleias e colegiados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manoel Renato Machado Filho
Presidente do Colegiado - Casa Civil

Cirano Lopes de Oliveira
Representante dos Empregados

Edson Silveira Sobrinho
Representante da Secretaria do Tesouro Nacional

Marcelo Ribeiro Moreira
Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento

Márcio Monterio Gea
Membro independente

Rafael Magalhães Furtado

DIRETORIA EXECUTIVA

José Marques de Lima
Diretor Presidente

Adriana Fonseca Lins
Diretora Técnica/Diretora de Administração e Finanças interna

Eduardo Coimbra
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL EM 2021:

Daniel de Araújo e Borges
Presidente do Colegiado

Alessandry Macedo de Medeiros
Membro

Kaio Felipe Koerich
Membro

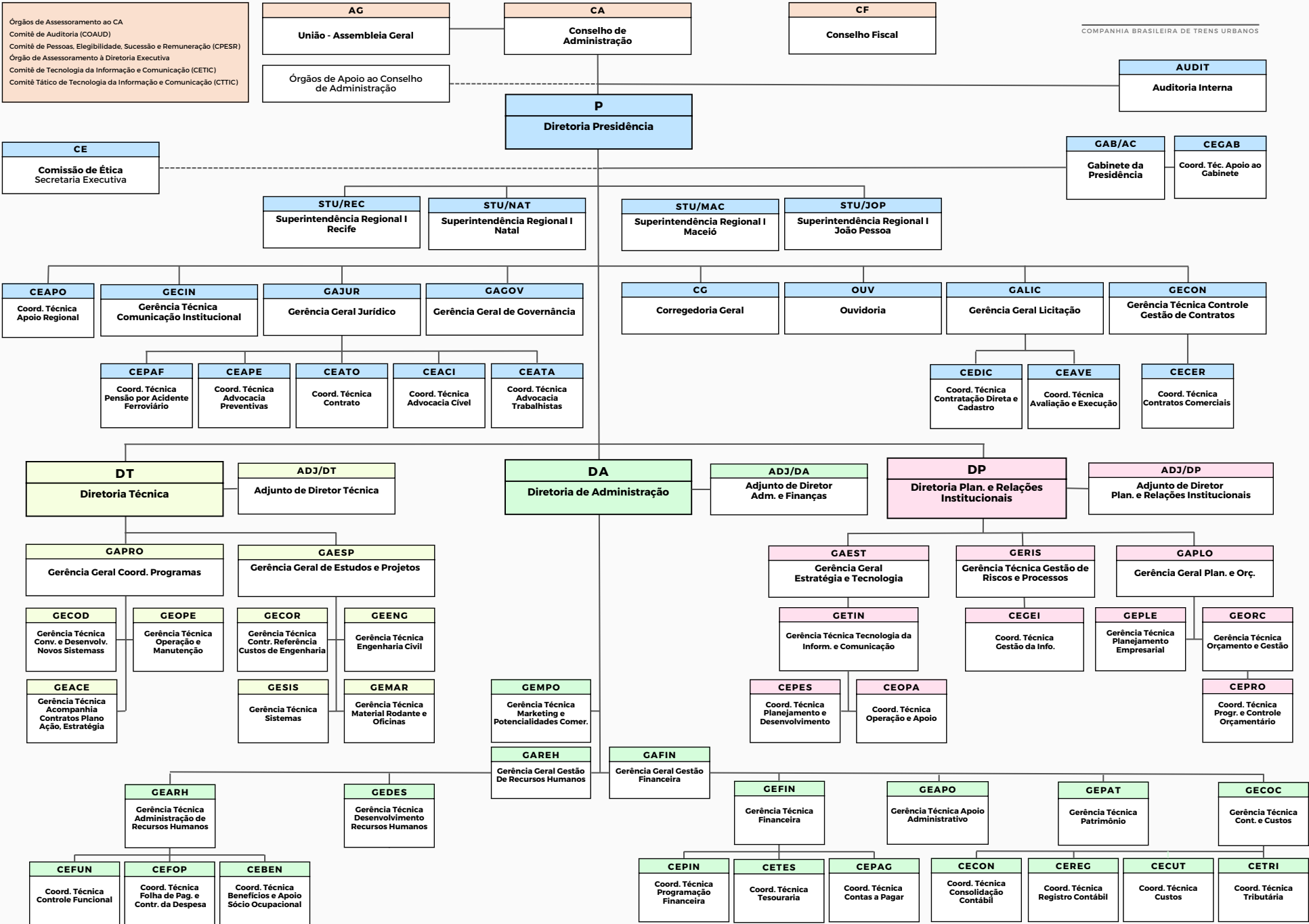
COMITÊ DE AUDITORIA

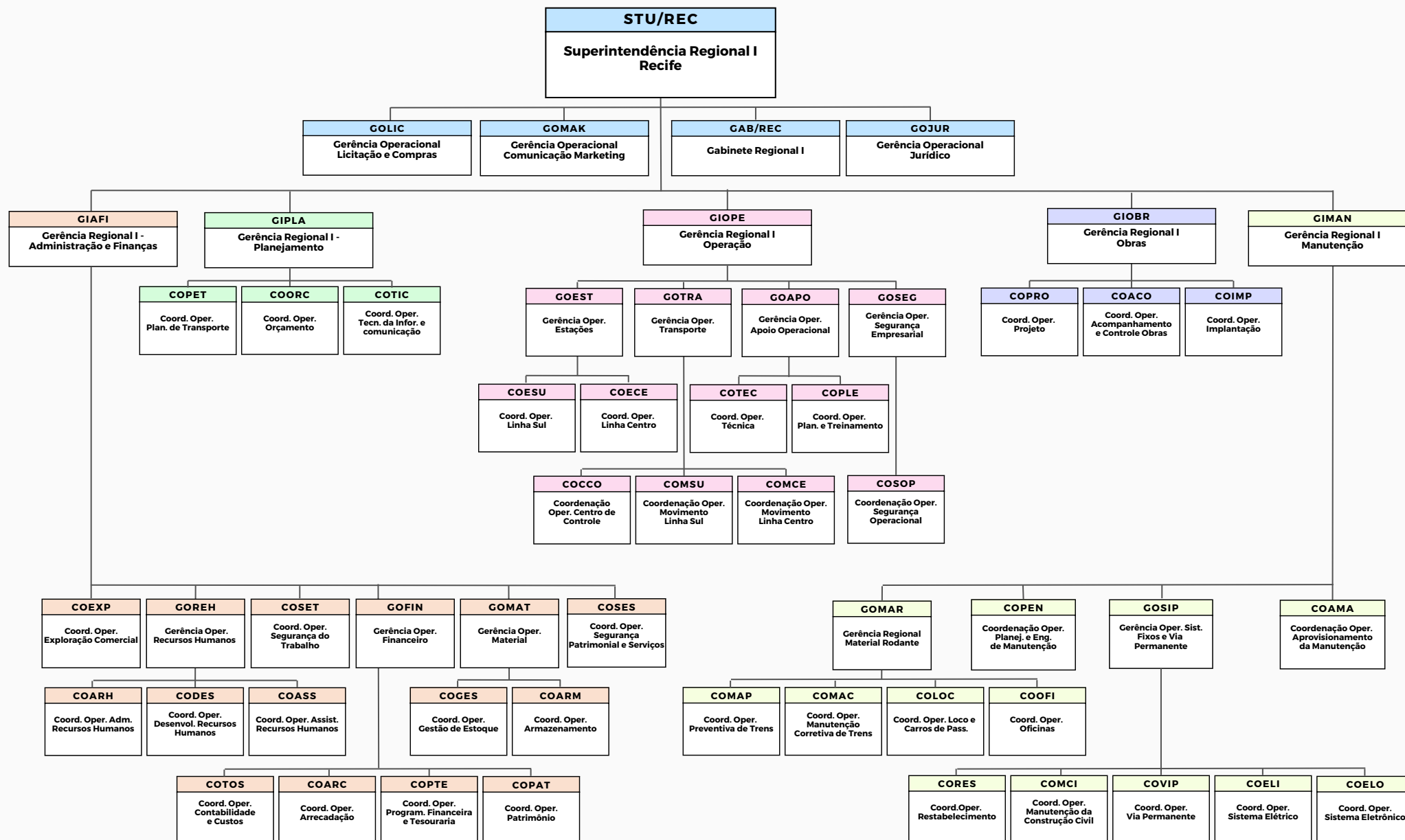
Antônio Elias Zoghbi de Castro
Presidente do Comitê

Felipe Antônio Guimarães Gabrich Júnior
Membro

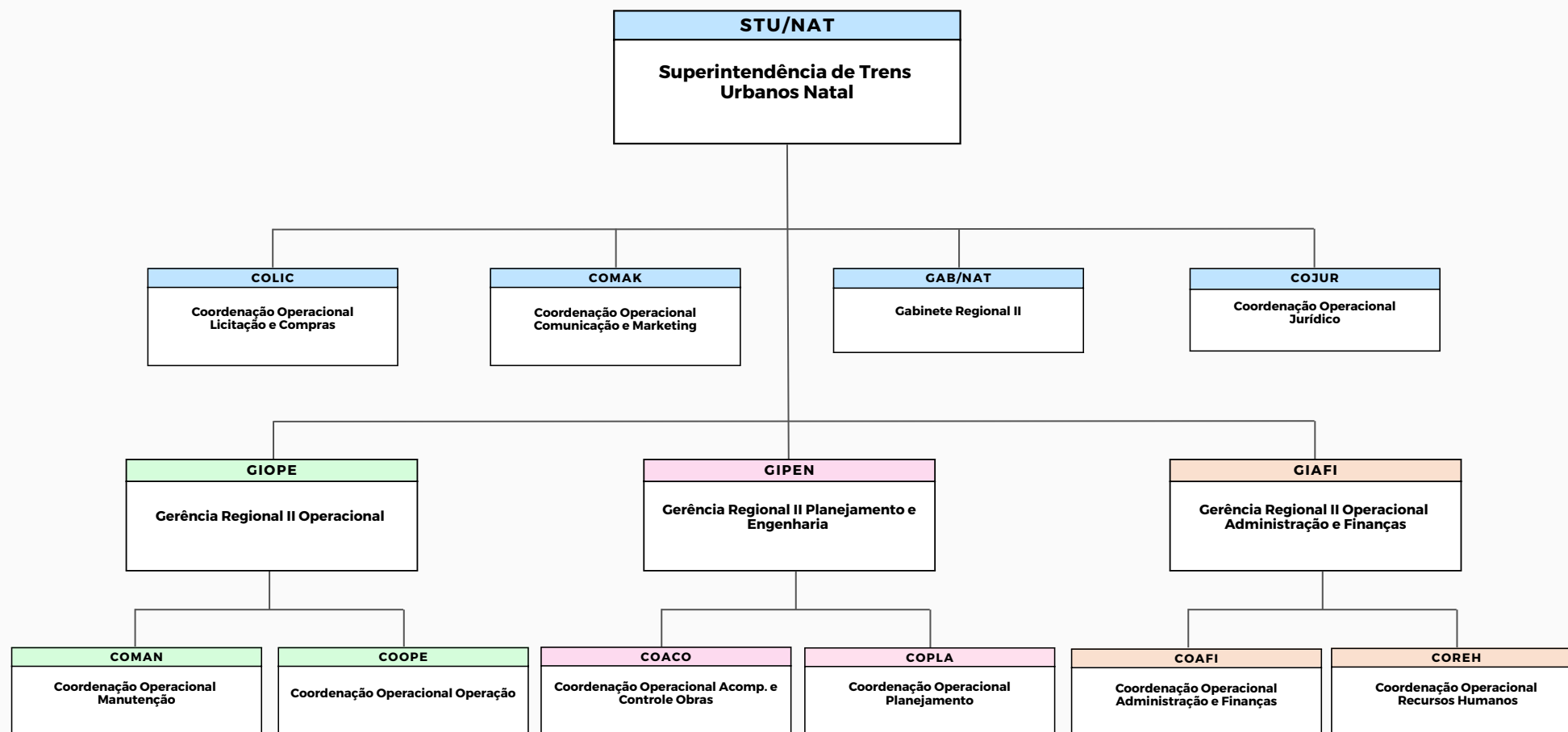


ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

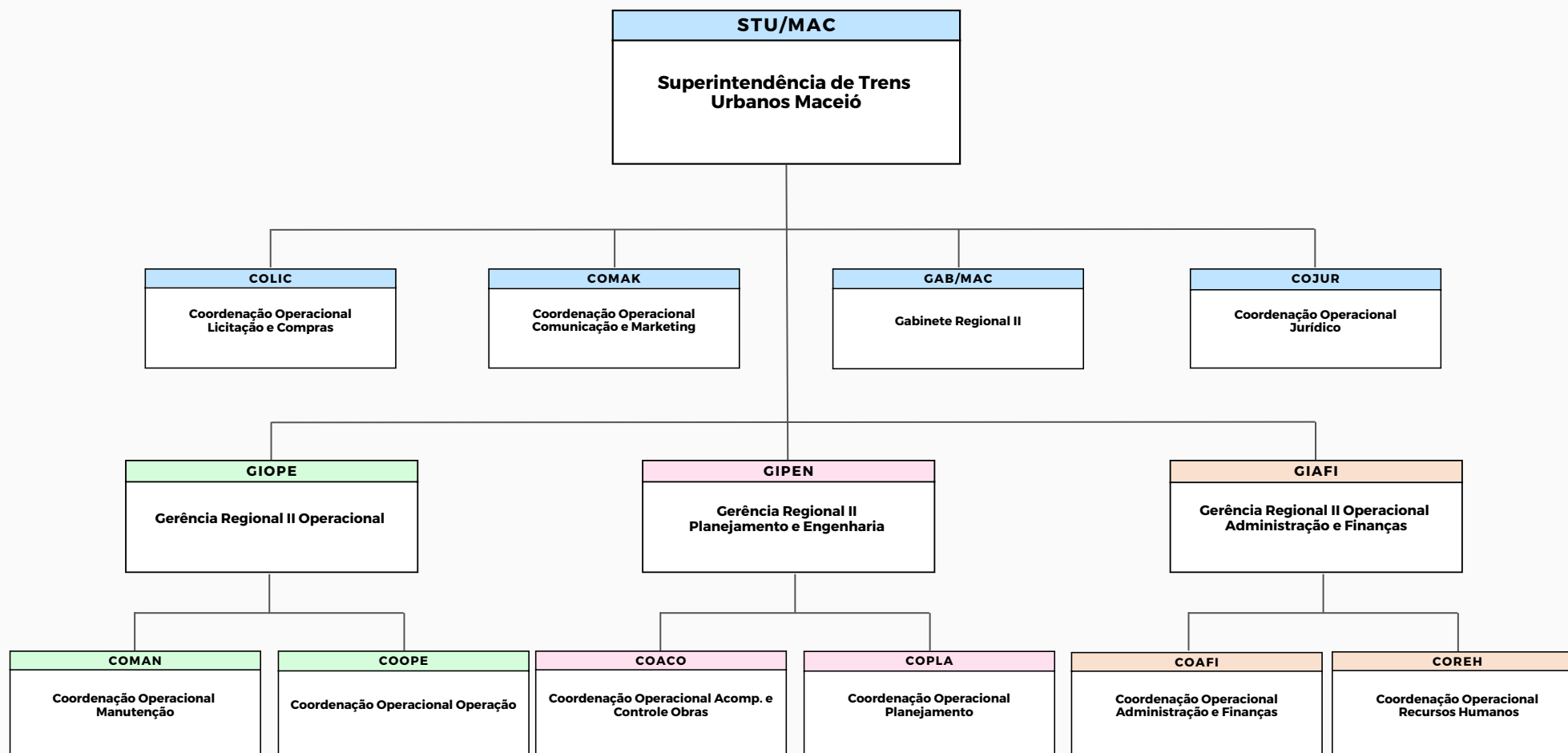




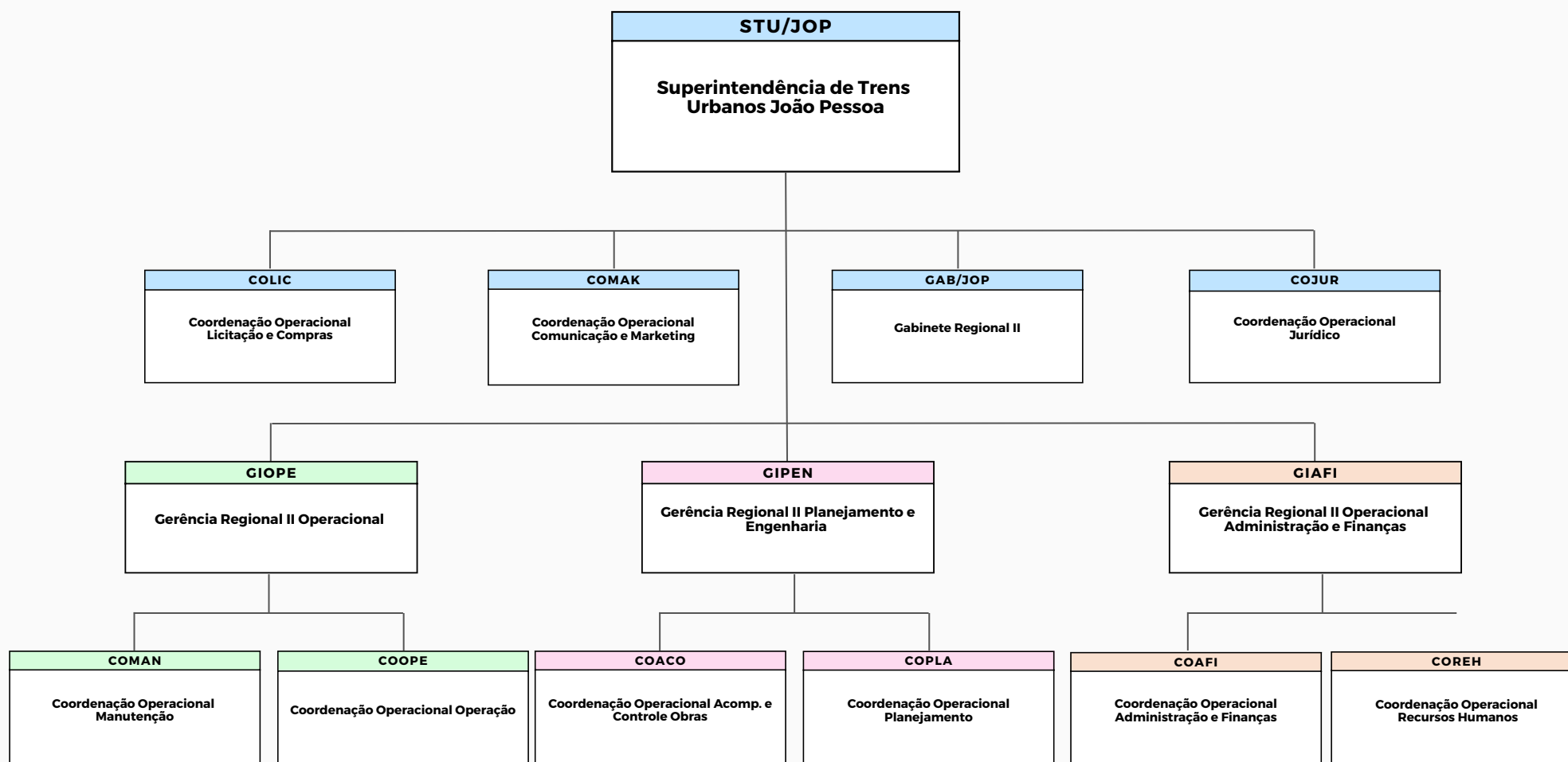
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - STF NATAL



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - STU MACEIÓ



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - STU JOÃO PESSOA



MODELO DE NEGÓCIO



RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO E CLIENTES

A CBTU comprometida com a transparência e o compromisso com a consecução de seus objetivos, disponibiliza instrumentos que permitem a publicação de suas atividades e canais de comunicação direta com a sociedade.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreveu a Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2022.

Disponível em:

[Link para a carta anual](#)

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Guia direcionado aos passageiros da CBTU, que visa facilitar e permitir o compartilhamento de informações sobre a estrutura geral e a operação dos trens urbanos nas regiões onde atua. No documento é possível consultar horários de funcionamento, telefones úteis, mapas de estações e linhas, itens de acessibilidade, achados e perdidos e muito mais.

Disponível em:

[Link para a carta ao cidadão](#)

OUVIDORIA

Outros canais de comunicação Email, telefone e endereço para comunicações presenciais, poderão ser acessados pela informações disponíveis na página oficial da CBTU, pelo link:

[Página oficial da CBTU de ouvidoria](#)

Em 2022 foram recebidas **1029** manifestações via plataforma Fala.Br. Recife e Natal foram as Superintendências com maior número de requisições, com **646** e **214**, respectivamente.

1029
manifestações via
plataforma Fala.Br.

646

Requisições em Recife

214

Requisições em Natal

OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO:



@cbtuac
@cbturecife
@cbtumaceio
@cbtuojaopessoa
@cbtunatal



/cbtuoficial
/cbturecife
/cbtu.maceio
/cbtuojaopessoa
/cbtunatal



imprensa@cbtu.gov.br



www.cbtu.gov.br

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Sistema de Governança da CBTU é a estrutura existente na Companhia que garante a organização, a participação e as diretrizes necessárias à interação de todos os atores, a fim de que sejam obtidos e aprimorados mecanismos adequados à boa governança corporativa, como segregação de funções estratégicas, balanceamento de poder, transparência e responsabilização.

PERSPECTIVA SOCIEDADE

- Aumentar o número de clientes transportados;
- Aumentar a satisfação dos clientes;
- Promover a captação e o desenvolvimento de estudos e projetos externos à companhia pelo corpo técnico da CBTU;
- Desenvolver projetos e operar sistemas com responsabilidade socioambiental;
- Promover a imagem institucional.

PERSPECTIVA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

- Elevar as receitas operacional e extraoperacional;
- Otimizar os custos operacional e administrativo;
- Reduzir ações judiciais.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- Promover a eficiência operacional do sistema;
- Padronizar procedimentos operacionais e administrativos;
- Aperfeiçoar a gestão de riscos corporativos e os controles internos associados;
- Implantar banco de dados de custos metroferroviários.

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Promover a gestão de pessoas por competência;
- Promover a gestão do conhecimento;
- Revisar a estrutura organizacional e o quadro de lotação de pessoal;
- Promover e prover soluções de TICs integradas e seguras.

SISTEMA DE GOVERNANÇA

Composição de Governança da CBTU

• Instâncias Internas

Conselho de Administração
Diretoria Executiva

• Instâncias Internas de Apoio à Governança

Auditoria Interna
Conselho Fiscal
Gerência Geral de Governança

• Instâncias Externas

Órgãos responsáveis pela fiscalização, pelo controle externo e pela regulação das atividades desempenhadas pela Companhia, e possuem atuação independente, como o Tribunal de Contas da União e demais órgãos que exerçam controle externo

• Instâncias Externas de Apoio à Governança

Auditoria Independente

A CBTU adota o modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União em seu Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (BRASIL, 2014), dividindo-se as estruturas internas, as externas e as de apoio à governança (internas e externas)

CONTRIBUIÇÃO DA GOVERNANÇA PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA COMPANHIA



A governança corporativa, em uma companhia pública como a CBTU, contribui para assegurar que seus administradores estejam alinhados com o atingimento dos interesses públicos, representados pelos Programas de Governo que ela se propõe a Executar.

Ela garante que os processos e as estratégias estejam adequada e corretamente seguidos de sorte a promover uma cultura de prestação de contas e responsabilidade nas entregas que a sociedade e seu controlador esperam.

A Governança deve ser capaz de valorizar a imagem da empresa, transmitindo a seu público e seu acionista os seus valores, comportamento ético e seriedade na condução dos seus negócios.

É fundamental que a empresa adote práticas de conformidade como parte de um conjunto de ações de Governança, o que é essencial para que a empresa demonstre agir de acordo com as leis, normas e códigos internos e externos aos quais está submetida, assegurando que as estratégias sejam seguidas corretamente, de forma a nortear as decisões dentro da organização, auxiliando na transparência das ações, e, com isso, transmitir maior credibilidade e ajudar a alcançar maiores resultados.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), criada com o objetivo de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos no país, atividades de cunho estratégico para a promoção da mobilidade urbana, conta com um sistema de Governança cada vez mais sólido e estruturado, tendo em seu Conselho de Administração o ponto focal de orientação estratégica e na Diretoria Executiva a base para a execução das diretrizes recebidas.

Importante registrar que o processo de acompanhamento e fiscalização pelos demais órgãos de Governança, com apoio da Gerência Geral – Governança, vem sendo contínuo e intenso, com destaque para a orientação dedicada do Comitê de Auditoria, o que trará à CBTU a evolução a níveis desejáveis e de excelência de boas práticas de governança, o que se pretende observar por meio da melhoria da prestação de serviços, atendimento e resultados favoráveis à economia brasileira.

GERÊNCIA GERAL DE GOVERNANÇA

Instituída na estrutura organizacional da Administração Central da CBTU para apoiar os órgãos colegiados em sua gestão e também para aprimorar e consolidar boas práticas de governança corporativa no âmbito da Companhia, a Gerência Geral de Governança possui as seguintes atribuições, elencadas no Manual de Organização – atualização em andamento:

I. Planejar, coordenar e controlar o processo de adesão da CBTU às práticas de governança corporativa, exigidas ou recomendadas pelo poder Público Federal;

II. Planejar e promover as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

III. Planejar as atividades relativas à convocação, realização e documentação das reuniões de deliberação dos dirigentes, gerindo o acervo documental decorrente dessas reuniões;

IV. Assessorar o Conselho de Administração na elaboração e divulgação das diretrizes fundamentais de administração, na fiscalização da observância das diretrizes fixadas, no acompanhamento da execução dos programas aprovados, bem como na verificação dos resultados obtidos.

V. Lavrar nos respectivos livros os termos de posse do Presidente e demais membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal, dos Diretores da Companhia, e encaminhar a documentação pessoal dos membros dos órgãos estatutários e dirigentes para as providências das áreas competentes;

VI. Apoiar a alta administração da companhia no monitoramento dos processos que sejam considerados estratégicos pela mesma;

VII.Coordenar, anualmente, o sistema de avaliação de desempenho da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;

VIII. Coordenar a adequada capacitação dos membros da alta administração e Conselhos;

IX. Promover a transparência das decisões tomadas pela gestão da Companhia, por meio de ampla divulgação;

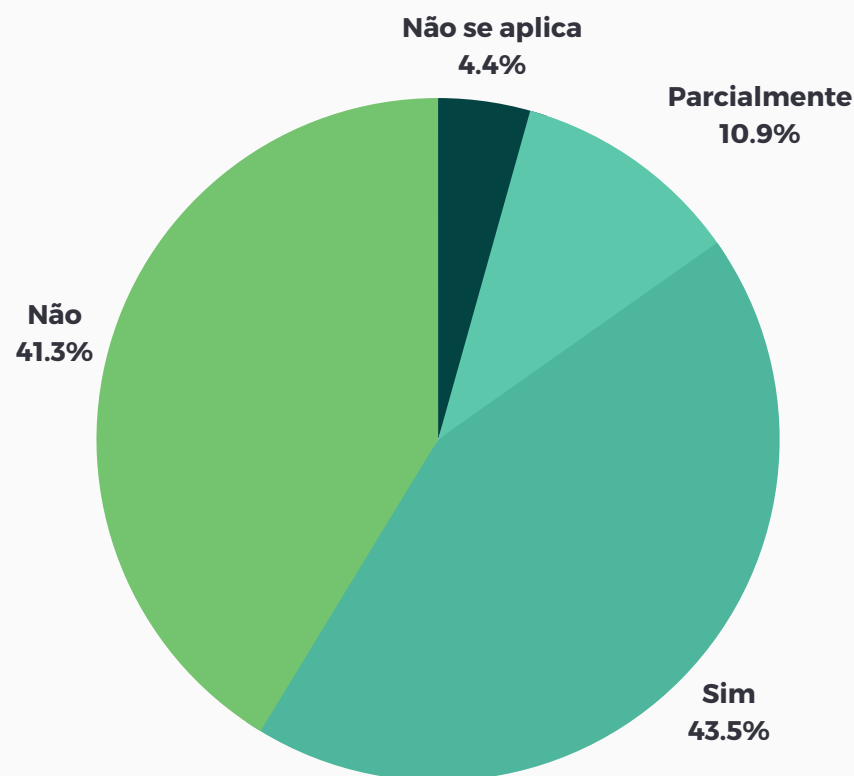
X. Assessorar a alta administração da companhia na divulgação das diretrizes fundamentais de administração, na fiscalização da observância das diretrizes fixadas, no acompanhamento da execução dos programas aprovados e na verificação dos resultados obtidos; e

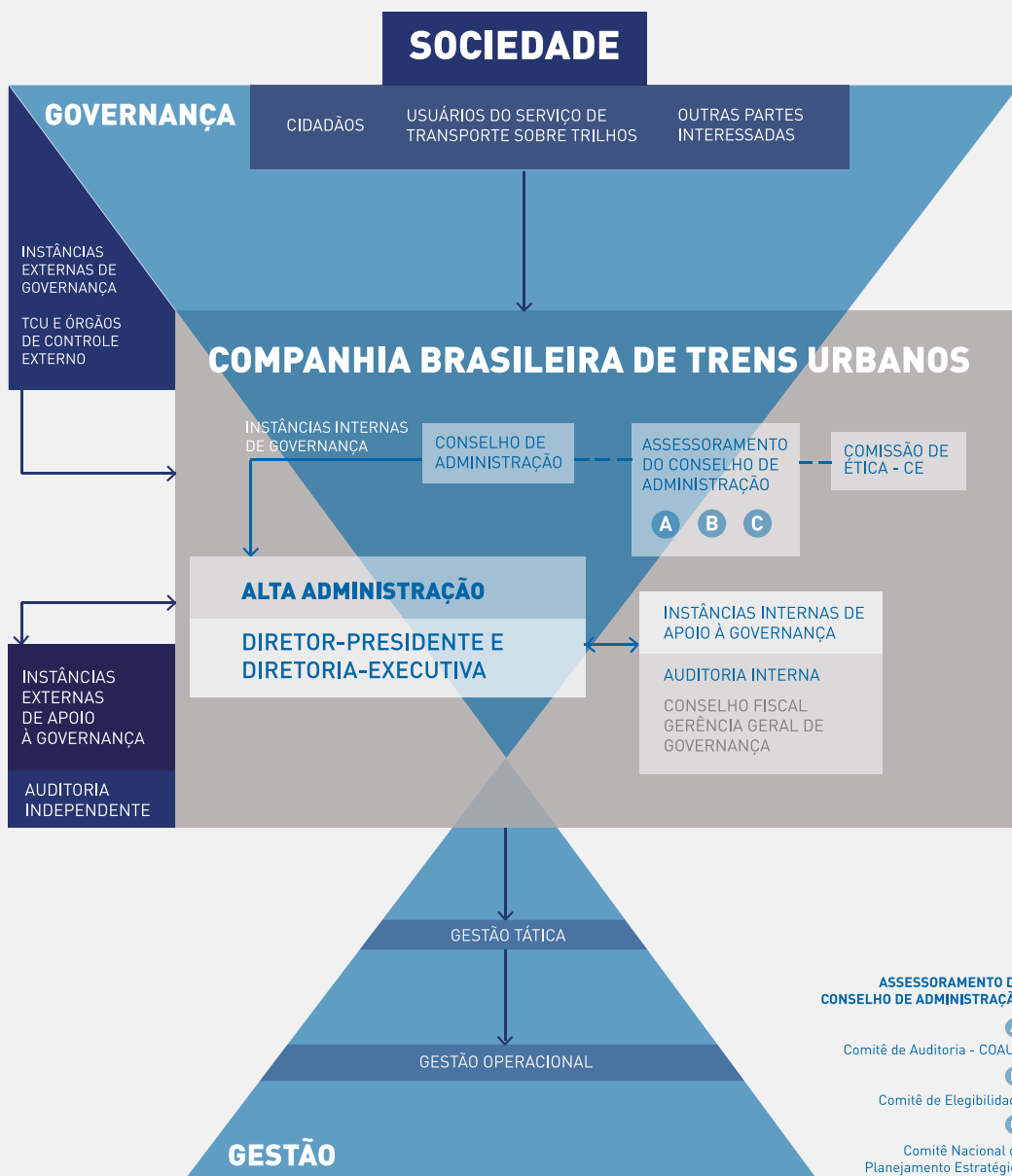
XI.Promover o monitoramento/acompanhamento das ações instruídas pela Presidência às áreas competentes de todas as demandas externas recebidas do Governo Federal.



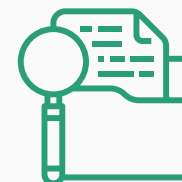
ÍNDICE IG-SEST: 4,76

Percentuais de atendimento por resposta final





AUDITORIA INTERNA



A Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) é vinculada ao Conselho de Administração (CONAD), em conformidade ao Decreto nº 3.595/2002 e com as Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental (MOT).

RESPONSABILIDADES

- ✓ Aumentar e proteger o valor organizacional da CBTU, fornecendo avaliação, assessoria e consultoria baseados em risco;
- ✓ Aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações consideradas relevantes da Companhia;
- ✓ Identificar potenciais riscos de fraude e realizar o adequado e tempestivo encaminhamento das informações às instâncias competentes, quando houver indícios suficientes de fraudes ou de ilegalidades;
- ✓ Elaborar e Executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração da CBTU - CONAD e pela Controladoria Geral da União - CGU, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIN, a ser encaminhado anualmente à CGU, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na legislação pertinente;

- ✓ Monitorar a execução do PAINT e comunicar, periodicamente, ao CONAD sobre o andamento dos trabalhos e as possíveis intercorrências ou situações relevantes ocorridas que possam impactar o resultado dos trabalhos;
- ✓ Apoiar o CONAD no desempenho de suas atribuições, assim como, o Conselho Fiscal da CBTU – CONFI e o Diretor-Presidente da CBTU, quando solicitado;
- ✓ Apoiar o Comitê de Auditoria da CBTU – COAUD no desempenho de suas atribuições, quando solicitado;
- ✓ Apoiar os Órgãos de Controle Interno (CGU) e Externo (TCU) do Poder Executivo Federal no desempenho de suas atribuições, quando solicitado;
- ✓ Apoiar a Assessoria Especial de Controle Interno – AEI, do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, quando solicitado;
- ✓ Garantir que os princípios de integridade, objetividade, confidencialidade e competência sejam aplicados e cumpridos;
- ✓ Garantir que os empregados membros da UAIG obtenham os conhecimentos, habilidades e outras competências necessárias para atender aos requisitos para realização das tarefas de auditoria;
- ✓ Estabelecer e garantir a aderência às políticas e procedimentos desenvolvidos para orientar a atividade de auditoria interna;
- ✓ Outras atividades correlatas definidas pelo CONAD

AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento ao Art. 2 da Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR nº 38/2022, a supervisão e fiscalização periódica das atividades da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER é realizada pela contratada RUSSEL BEDFORD AUDITORES INDEPENDENTES S/S, CNPJ-MF nº 13.098.174/0001-80.



TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de 2022, não foram encaminhados acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que contivessem determinações à CBTU.

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES DA CGU

No exercício 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) emitiu dois novos relatórios de avaliação:

RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO EMITIDOS PELA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) - ANO 2022

Nº DO RELATÓRIO	OBJETO	UNIDADE AUDITADA
Relatório de Avaliação nº 959461	Avaliar as contratações da Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte (STU-BH) da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), no período de janeiro de 2019 a abril de 2021, com vistas a verificar se os participantes dos processos de pregão eletrônico não se enquadravam nas vedações impostas pelo art. 38 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.	Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte
Relatório de Avaliação nº 960698	Avaliação da gestão financeira, gestão de recursos humanos, gestão contratual e da satisfação dos usuários da CBTU/STU-REC, direcionada ao impacto dessas ações na eficiência e efetividade da prestação dos serviços de transporte à população atendida na região metropolitana do Recife/PE. Foi analisada a política tarifária empreendida pela unidade e seus desdobramentos, tais como arrecadação de receitas, convênios de cooperação para integração física e tarifária das estações de trens e repartição tarifária proveniente desses acordos, bem como a consequente repercussão financeira e os potenciais impactos na saúde econômico-financeira da empresa, assim como sobre efetividade da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros. O período examinado compreendeu o exercício de 2021 e, para alguns objetos, também os exercícios de 2020 e 2019, sendo que algumas análises contextuais históricas abrangeram o período de 2012 a 2021.	Superintendência de Trens Urbanos de Recife
Relatório de Avaliação nº 880900	Análise das concessões do Auxílio Alimentação e dos Adicionais de Periculosidade, Insalubridade e Risco de Vida, além dos gastos com Horas Extras e Sobreaviso e do benefício de Assistência à Saúde aos empregados da CBTU.	Administração Central

O acompanhamento das recomendações é realizado por meio do Sistema e-AUD da CGU, possibilitando o acompanhamento do atendimento às ações de controle, de forma ampla e abrangente, no âmbito dos resultados da ação governamental, além do conhecimento e acompanhamento das melhorias aplicadas e sua repercussão nos resultados das ações. Dessa forma, a atualização do Plano de Providências Permanente pode ser realizada periodicamente via sistema informatizado.

No final de 2022, 25 manifestações de recomendação estavam em análise pela CGU, do total de 33 recomendações em monitoramento.

COMISSÃO DE ÉTICA

Designada pela Resolução RPR nº 449/2021, a gestão de Ética na CBTU é conduzida pela Comissão de Ética, que possui sua sede na Administração Central, em Brasília-DF.

A Comissão de Ética da CBTU é composta por três membros titulares e três suplentes do quadro permanente, e é presidida pelo primeiro membro titular, para mandatos não coincidentes de três anos. A Comissão ainda conta com uma secretaria executiva, e representantes Locais em cada uma de suas Superintendências.

ACÇÕES PREVENTIVAS INTERNAS DE DISSEMINAÇÃO DOS VALORES ÉTICOS

REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DO EMAIL INSTITUCIONAL E POR MEIO FÍSICO NAS DEPENDÊNCIAS DA COMPANHIA E UNIDADES REGIONAIS

DENÚNCIA E ORIENTAÇÕES A RESPEITO DE CONDUTAS

POR EMAIL, ATENDIMENTO PRESENCIAL, CONTATO TELEFÔNICO OU CORRESPONDÊNCIA

14 denúncias

recebidas no exercício de 2022

07

denúncias
apuradas pela
Comissão de Ética

07

encaminhadas para Ouvidoria e Corregedoria

04 instruídas e arquivadas
01 Formalização de Acordo de Conduta
02 em apuração

Em 2022, a Resolução RDA Nº 079-2022 determinou que todos os empregados da CBTU realizassem o Curso Ética na Administração Pública, ministrado pela Controladoria Geral da União _CGU

CORREGEDORIA

ATIVIDADE DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Em 2022 foi realizada a primeira revisão de seu Manual Disciplinar da CBTU. A Gerência Técnica-Corregedoria foi alçada à Corregedoria-Geral, em reconhecimento à sua função autônoma em relação aos demais órgãos.

Esta mudança ocasionou à Corregedoria mais autonomia e capacidade de atuação por toda a CBTU, sendo criadas Corregedorias-Regionais em João Pessoa, Maceió, Natal e Recife.

Aliadas ao apoio da Controladoria-Geral da União - em especial a Corregedoria-Geral da União, as alterações, embora recentes, já reverberam efeitos positivos nos trabalhos, com destaque para a capacidade de consecução de Investigação Preliminar Sumária (IPS) pela Corregedoria.

PROCESSOS EM 2022

	TAC	SINAC	SINVE	PAD	IPS
AC	0	1	3	0	5
BH	3	0	0	8	3
JOP	0	0	5	0	0
MAC	0	0	0	0	0
NAT	0	0	1	2	0
REC	1	0	6	3	1
TOTAL	4	1	15	15	9

LEGENDA:

TAC - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

SINAC - SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA

SINVE - SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

PAD - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

IPS - INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SUMÁRIA

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

ANÁLISE DE AMBIENTES

O principal resultado da análise dos ambientes da CBTU se concretiza na Matriz Swot, ferramenta-conceito empregada para fazer a análise do ambiente, identificando os riscos e as oportunidades que proporcionam a base para o planejamento e o gerenciamento da organização.



APROVEITAMENTO DE OPORTUNIDADES:

- Identificação dos espaços físicos e a prospecção de interessados.
- Apresentação através da ANPT trilhos do diferencial do transporte sobre trilhos na mobilidade urbana.
- Constante conversa com governo federal e governos locais quanto a disponibilidade de oferecer o conhecimento acumulado/retido na CBTU para o planejamento.
- Implantação e operação de sistemas de transporte de pessoas sobre trilhos.

MATRIZ SWOT

F O R Ç A S	<p>Capacidade de articulação político-institucional</p> <p>Corpo gerencial e técnico especializado</p> <p>Possibilidade dos sistemas de ampliar capacidade de transporte</p> <p>Prestação de serviço rápido, seguro, regular e sustentável</p> <p>Sistemas com capacidade de ampliar a matriz de transportes das regiões onde atuam</p> <p>Projeto de revisão de processos e implantação do ERP Protheus (Totvs)</p>	O P O R T U N I D A D E	<p>Exploração comercial do sistema, visando aumento de receita extraoperacional</p> <p>Crise da mobilidade urbana</p> <p>Novas tecnologias do setor de transporte metroferroviário</p> <p>Possibilidade de utilização de fontes de energia alternativas</p> <p>Aumento de exigências quanto à governança e outros aspectos de gestão na Administração Pública</p> <p>Expansão de parcerias e da exploração comercial e de mídia das estruturas atuais (estações e trens)</p> <p>Interesse de governos estaduais e municipais na implantação ou expansão do modal metroferroviário</p> <p>Possibilidade de devolução de diversos trechos urbanos de ferrovias na renovação das concessões de transportes de cargas</p> <p>Ausência de grandes concorrentes nacionais no mercado de operação de trens de passageiros</p>
	<p>Geração insuficiente de receitas próprias</p> <p>Idade média do corpo funcional elevada e necessidade de aperfeiçoamento da política de gestão do conhecimento</p> <p>Plano de Carreira insuficientemente motivacional</p> <p>Necessidade de fortalecimento da imagem institucional</p> <p>Não uniformidade de alguns procedimentos administrativos e operacionais</p> <p>Quantidade de processos judiciais</p> <p>Equipamentos de TIC e plataformas informatizadas de gestão insuficientes</p>		<p>Limitação nos investimentos no modal metroferroviário</p> <p>Investimentos no modal rodoviário em detrimento ao modal ferroviário</p> <p>Segurança pública precária</p> <p>Aumento de tarifa de energia elétrica e do preço do combustível</p> <p>Concorrência tarifária com outros modais</p> <p>Desequilíbrio na repartição tarifária do sistema integrado metrô-ônibus</p> <p>Efeitos da pandemia do covid-19</p>

MAPEAMENTO DE PROCESSOS E RISCOS

Em 2021 foi criada a Gerência Técnica – Gestão de Risco e Processos que passou a ser ligada diretamente a Diretoria – Planejamento e Relações Institucionais. Essa nova composição permitiu mais autonomia e independência, além de uma atuação mais dedicada à estruturação das Políticas de Gestão de Riscos da CBTU. Os principais eventos de riscos identificados foram agrupados em 05 categorias: Estratégicos, mercado, Operacionais, Orçamentário/Financeiro e Legal/Integridade.

FATORES DE RISCOS

ESTRATÉGICOS

Riscos relacionados à operação, principalmente nas atividades-fim, podendo expor empregados e terceiros a riscos à saúde, meio ambiente e segurança, ocasionando acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais;

Geração insuficiente de receitas próprias;

Grande número de ações judiciais trabalhistas que pode, eventualmente, acarretar perdas financeiras na defesa de litígios e arbitragens;

Falhas ou atrasos por parte dos fornecedores de bens e serviços, impactando negativamente na operação e prestação de serviços;

Desempenho abaixo do esperado na captação de projetos com entes da Administração Pública, impactando as receitas não operacionais e a imagem da Companhia.

Não investimento e cortes orçamentários pela União podem afetar as operações e a manutenção dos trens e serviços ofertados.

Objetivos distintos entre o Governo Federal e os objetivos da Companhia.

Crises político-econômicas que podem afetar negativamente as operações e o desempenho financeiro da CBTU.



Os riscos estratégicos são tratados pela alta administração em conjunto com o Ministério Supervisor e através de comissões especiais que envidam esforços para mitigar os impactos destes.

OPERACIONAIS

Falta de seguro contra a interrupção do negócio ou para proteção de seus ativos contra sabotagem, depredação, terrorismo.

Greves e paralisações dos empregados que podem impactar negativamente os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

Operações das atividades-fim que possam afetar as expectativas e a dinâmica das comunidades onde ela atua, impactando a reputação.

Obsolescência e falhas nos sistemas de TI, segurança da informação e serviços de telecomunicações causando deficiência nas operações e danos à reputação da CBTU.



Riscos operacionais são tratados com investimento em tecnologia, treinamento e qualificação de gestores e equipes, de modo a eliminar possíveis falhas.

MERCADO

Arrecadação de receitas operacionais e não operacionais que frequentemente não compõem o caixa da Companhia, pois são destinadas ao Tesouro;

Falta de investimento e/ou não acesso a novas tecnologias voltadas à transformação digital que impactam operações, desempenho de processos e capacidade competitiva;

Irregularidade na repartição tarifária do sistema de Recife prejudicando a arrecadação

Política de Estado para priorização do modal metroferroviário insuficiente.

Aumento da tarifa de energia elétrica de tração e do preço do combustível

Investimentos no modal rodoviário em detrimento ao modal ferroviário

Segurança pública precária, que expõe empregados e passageiros



Riscos de mercado são abordados em várias frentes: Negociação com operadores de outros modais, sensibilização do Governo acerca da necessidade de investimento, prospecção de novas receitas extra-operacionais, otimização da contratação de tarifas de energia, convênios com a segurança pública.

ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

Evasão de receitas operacionais devido a acessos clandestinos às estações.

Alto número de passivos-trabalhistas, ocasionando insuficiência financeira e baixos resultados operacionais.

Não aprovação de investimentos por parte do Governo Federal.



Riscos orçamentário/financeiro, instalação de integrações temporais, fechamento de acessos indevidos a estações, redução dos passivos trabalhistas através das defesas desenvolvidas.

LEGALIDADE INTEGRIDADE

A não prevenção, detecção ou correção de atitudes ou comportamentos incompatíveis com a ética e a moral.

Falha na identificação ou tratamento nas operações com partes relacionadas.



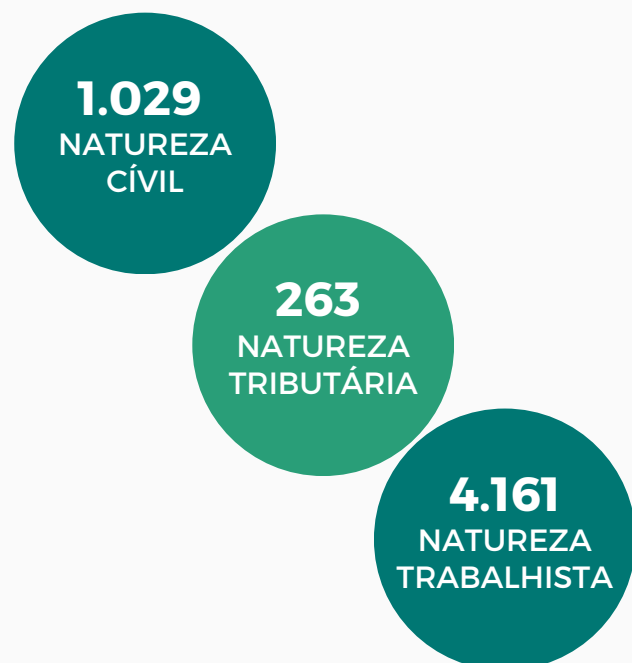
Riscos de legalidade-integridade: Instalação de comitês e comissões idôneas para atuar, orientação através de cartilhas, informes.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DAS DEMANDAS JUDICIAIS

Até 31 de dezembro de 2022, a CBTU configurava como parte, tramitando nos tribunais de justiça em todo território nacional:



QUANTITATIVO DE AÇÕES JUDICIAIS 2022



O Rio de Janeiro é o Estado com maior número de ações judiciais

1.739

Do total de ações judiciais do Rio de Janeiro, 1.739 são trabalhistas. Este elevado quantitativo de ações desta natureza representa quase 1/3 (um terço) do total de ações da Companhia

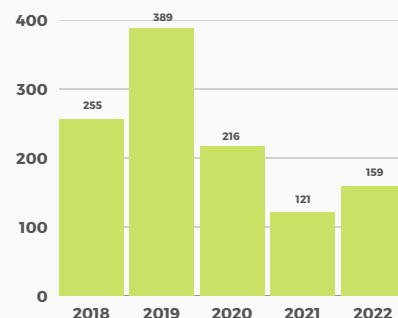
Ações trabalhista RJ

2.950

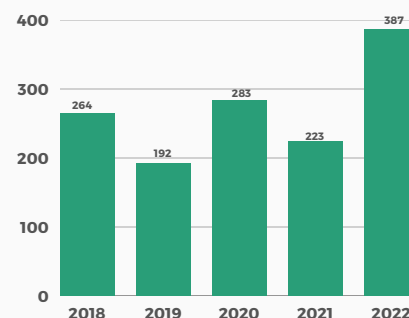


QUANTITATIVO DE DE AÇÕES INGRESSADAS - POR ANO

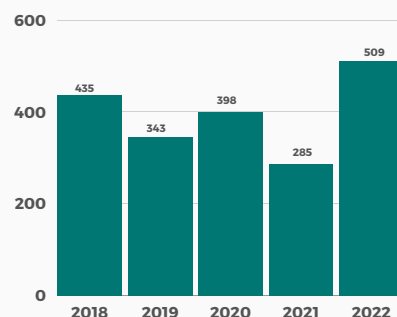
RIO DE JANEIRO



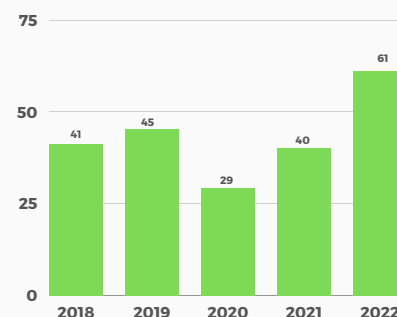
BELO HORIZONTE



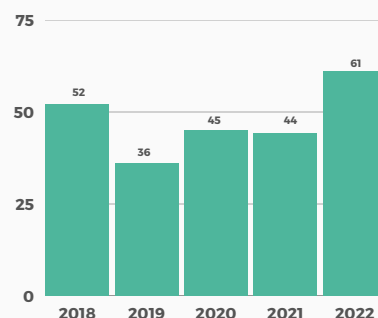
RECIFE



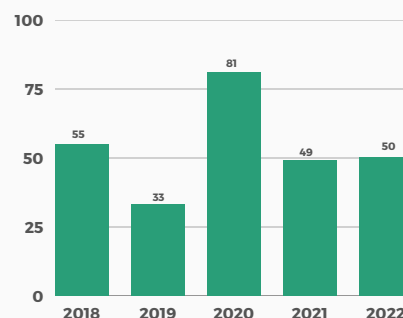
JOÃO PESSOA



MACEIÓ



NATAL



CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS

R\$125.983.464,98

em sentenças trabalhistas

R\$419.166.426,29

em ações cíveis, fiscais e tributárias



Das 1.672 ações judiciais que tiveram decisão definitiva no ano de 2022, 1.023 foram favoráveis à CBTU, o equivalente a 61,18% do total.

Embora o número de ações julgadas favoráveis tenha sido superior, as ações desfavoráveis geraram uma perda financeira maior.

Minas Gerais foi o Estado com mais julgados desfavoráveis, totalizando R\$ 43.355.329,13 de perda financeira.

Durante todo o ano de 2022, ocorreu o ingresso de 1.227 novas ações judiciais e baixadas 2.733 no mesmo período.

Apesar da redução no total de ações em que a CBTU configurava como parte, em 2022 o ingresso de ações judiciais foi maior em comparação ao período anterior.

O aumento foi motivado pelo número expressivo de ações trabalhistas ajuizadas pelos estados de Minas Gerais e Pernambuco.



ACORDO REFER

Em 19 de abril de 2021, nos autos do processo nº 0009659-44.2012.4.02.5101 da 22ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, foi firmado o acordo judicial definitivo entre a CBTU e a patrocinadora REFER. No acordo, a CBTU comprometeu-se a pagar à REFER de forma parcelada, o valor de R\$ 2.780.411.466,19, destinado ao Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM, ao Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, ao Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR, ao Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS e ao Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL.



Acordo CBTU x REFER R\$ 2.780.411.466,19

Foram deduzidos do aporte inicial o valor de R\$ 16.995.490,30 referente a 10 parcelas do adiantamento de R\$ 20.394.588,36 do Acordo Provisório firmado em 23/07/2020. As demais parcelas deste adiantamento já foram descontadas do pagamento de R\$ 6.000.000,00 mensais que a CBTU vinha realizando até março de 2021.

Também foi descontado do aporte inicial o valor adiantado no mês de março de 2021, conforme deliberado em Ata da 25ª Reunião Extraordinária de Diretoria, considerando a recepção da Carta nº 028-2021/DIPRE, de 09 de março de 2021. Ou seja, foi abatido o valor de R\$ 10.500.000,00, corrigido monetariamente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, do IBGE, de 01/03/2021 até 31/05/2021, acrescido de juros remuneratório de 6% ao ano, equivalente a 0,4867551% ao mês, de 31/03/2020 até o 30/06/2021.

Além do aporte inicial, o pagamento das primeiras parcelas, referente aos planos da CPTM, CBTU, METROFOR, CTS e CENTRAL, ocorreram no mês de junho de 2021, atualizados com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, do IBGE, de 01/03/2020 até 31/05/2021, acrescido de juros remuneratório de 6% ao ano, equivalente a 0,4867551% ao mês, de 31/03/2020 até o 30/06/2021, conforme acordado.

A partir de então, as parcelas foram atualizadas mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do IBGE, do mês anterior ao de pagamento, conforme previsto no referido acordo judicial.

Total pago em 2021
R\$ 287.615.685,91

Total pago em 2022
R\$ 340.505.951,24

ACORDO REFER: Acordo Definitivo entre CBTU, União e REFER – Valores pagos até dezembro de 2022:

PARCELA	MÊS DE PAGAMENTO	CPTM	CBTU	METROFOR	CTS	CENTRAL	VALOR TOTAL
1	Jun. /2021	R\$ 6.548.536,93	R\$ 10.980.985,01	R\$ 241.902,09	R\$ 291.095,28	R\$ 110.651.103,40	R\$ 128.713.622,71
2	Jul. /2021	R\$ 6.587.828,16	R\$ 11.046.870,92	R\$ 243.353,50	R\$ 292.841,86	R\$ 7.641.922,97	R\$ 25.812.817,41
3	Ago. /2021	R\$ 6.655.024,00	R\$ 11.159.549,00	R\$ 245.835,70	R\$ 295.828,84	R\$ 7.719.870,58	R\$ 26.076.108,12
4	Set. /2021	R\$ 6.713.588,21	R\$ 11.257.753,03	R\$ 247.999,06	R\$ 298.432,14	R\$ 7.787.805,44	R\$ 26.305.577,88
5	Out. /2021	R\$ 6.794.151,27	R\$ 11.392.846,07	R\$ 250.975,05	R\$ 302.013,32	R\$ 7.881.259,11	R\$ 26.621.244,82
6	Nov. /2021	R\$ 6.872.963,43	R\$ 11.525.003,09	R\$ 253.886,36	R\$ 305.516,68	R\$ 7.972.681,72	R\$ 26.930.051,28
7	Dez. /2021	R\$ 6.930.696,32	R\$ 11.621.813,11	R\$ 256.019,00	R\$ 308.083,02	R\$ 8.039.652,24	R\$ 27.156.263,69
8	Jan. /2022	R\$ 6.981.290,40	R\$ 11.706.652,35	R\$ 257.887,94	R\$ 310.332,02	R\$ 8.098.341,70	R\$ 27.354.504,42
9	Fev. /2022	R\$ 7.028.065,05	R\$ 11.785.086,92	R\$ 259.615,79	R\$ 312.411,25	R\$ 8.152.600,59	R\$ 27.537.779,60
10	Mar. /2022	R\$ 7.098.345,70	R\$ 11.902.937,79	R\$ 262.211,95	R\$ 315.535,36	R\$ 8.234.126,60	R\$ 27.813.157,39
11	Abr. /2022	R\$ 7.219.727,41	R\$ 12.106.478,02	R\$ 266.695,77	R\$ 320.931,01	R\$ 8.374.930,16	R\$ 28.288.762,38
12	Mai. /2022	R\$ 7.294.812,58	R\$ 12.232.385,39	R\$ 269.469,41	R\$ 324.268,70	R\$ 8.462.029,44	R\$ 28.582.965,51
13	Jun. /2022	R\$ 7.327.639,23	R\$ 12.287.431,13	R\$ 270.682,02	R\$ 325.727,91	R\$ 8.500.108,57	R\$ 28.711.588,86
14	Jul. /2022	R\$ 7.373.070,60	R\$ 12.363.613,20	R\$ 272.360,25	R\$ 327.747,42	R\$ 8.552.809,24	R\$ 28.889.600,71
15	Ago. /2022	R\$ 7.328.832,17	R\$ 12.289.431,52	R\$ 270.726,09	R\$ 325.780,93	R\$ 8.501.492,39	R\$ 28.716.263,10
16	Set. /2022	R\$ 7.306.112,79	R\$ 12.251.334,28	R\$ 269.886,84	R\$ 324.771,01	R\$ 8.475.137,76	R\$ 28.627.242,69
17	Out. /2022	R\$ 7.282.733,23	R\$ 12.212.130,01	R\$ 269.023,20	R\$ 323.731,75	R\$ 8.448.017,32	R\$ 28.535.635,51
18	Nov. /2022	R\$ 7.316.962,08	R\$ 12.269.527,03	R\$ 270.287,61	R\$ 325.253,29	R\$ 8.487.723,00	R\$ 28.669.753,00
19	Dez. /2022	R\$ 7.344.766,53	R\$ 12.316.151,23	R\$ 271.314,70	R\$ 326.489,25	R\$ 8.519.976,35	R\$ 28.778.698,06
Total até o ano de 2022							R\$ 628.121.637,15

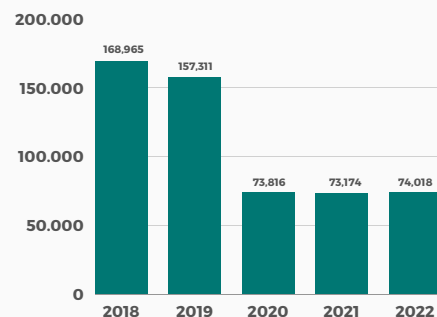
Obs: O valor da primeira parcela da CENTRAL já inclui o valor do Aporte Inicial

RESULTADOS DA GESTÃO

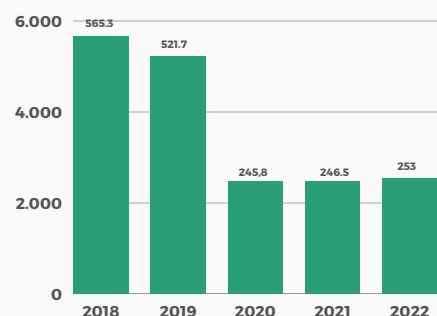
INDICADORES DE DESEMPENHO

CBTU

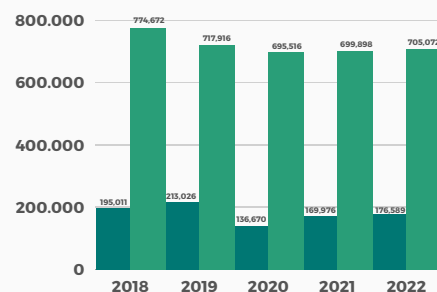
PASSEGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



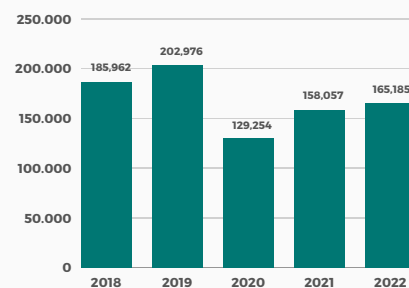
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



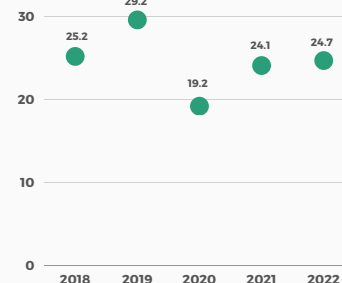
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



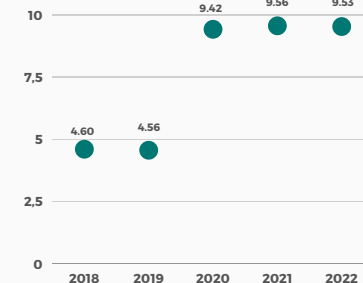
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



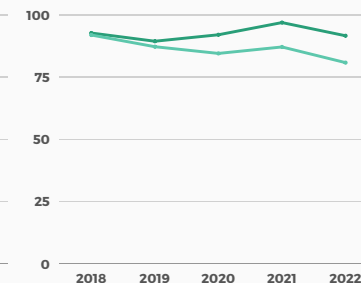
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSEGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE

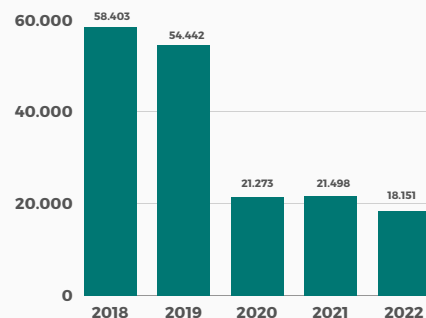


INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022	VARIÇÃO (%) 2021/2022
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	27,7	26,5	16,7	14,3	17,1	19,9
Custo por Km (R\$)	127,11	121,08	157,78	136,46	162,46	19,05
Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,10	1,31	1,63	2,15	2,23	3,95
Integração Tarifária (%)	27,4	27,1	30,4	28,0	43,8	56,5
Índice de receita extraoperacional (%)	3,8	3,9	3,9	6,0	5,1	-15,3
Índice de Segurança do Passageiro	1,5	1,6	1,2	1,9	2,1	13,0
Índice de Confiabilidade do Sistema	643	618	670	694	590	-15,0

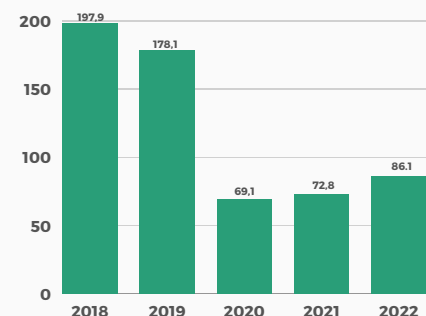
INDICADORES DE DESEMPENHO

BELO HORIZONTE

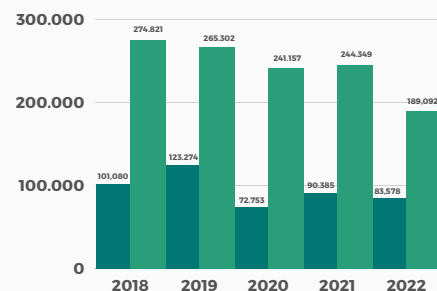
PASSEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



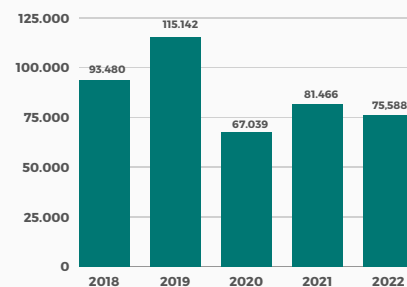
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



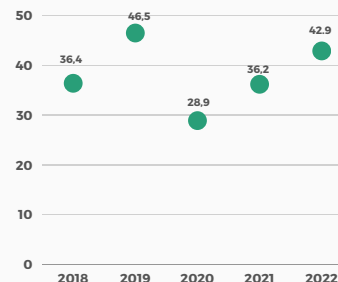
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



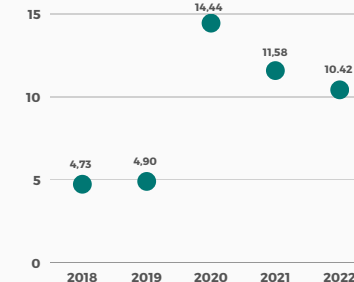
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



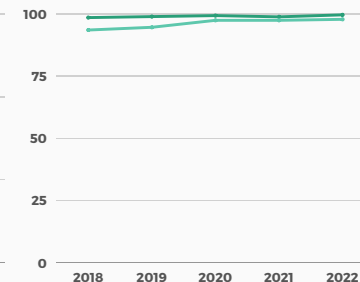
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE

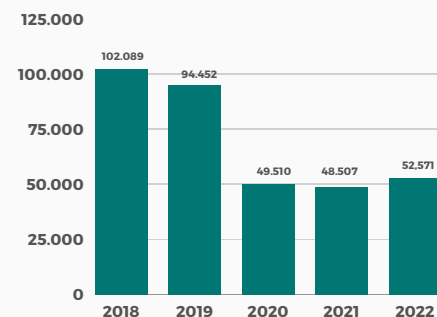


INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022	VARIACÃO (%) 2021/2022
Índice de Visibilidade (%)	15,6	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	23,0	21,2	10,6	10,6	12,8	20,45
Custo por Km (R\$)	108,26	103,32	120,18	120,81	133,37	10,40
Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,60	2,15	2,82	3,75	4,16	10,99
Integração Tarifária (%)	29,4	29,0	29,8	31,5	26,6	-15,50
Índice de receita extraoperacional (%)	5,9	5,1	5,0	8,0	6,7	-16,67
Índice de Segurança do Passageiro	1,5	1,6	1,5	2,0	3,4	67,98
Índice de Confiabilidade do Sistema	4.103	3.063	3.744	3.602	2.797	-22,37

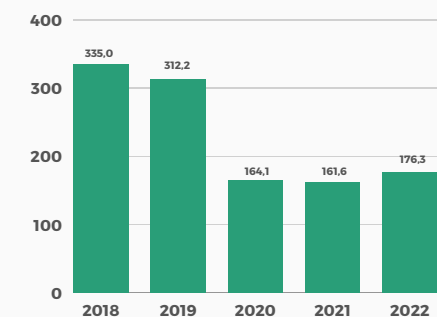
INDICADORES DE DESEMPENHO

RECIFE

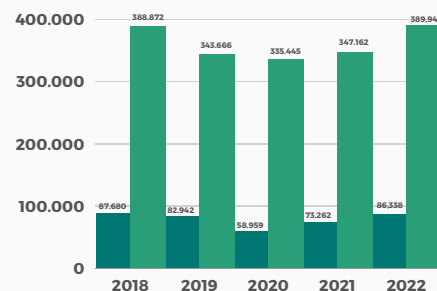
PASSEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



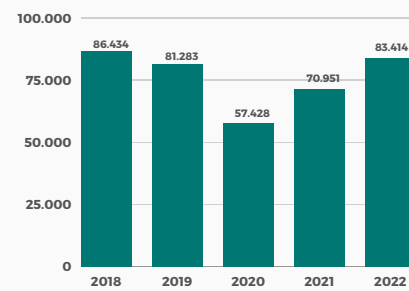
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



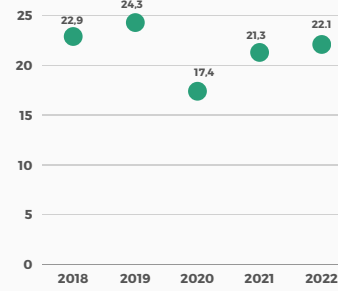
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



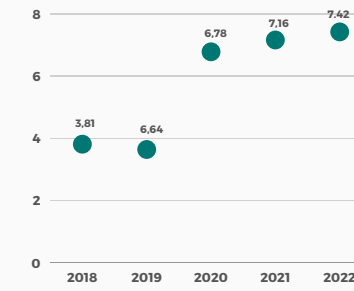
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



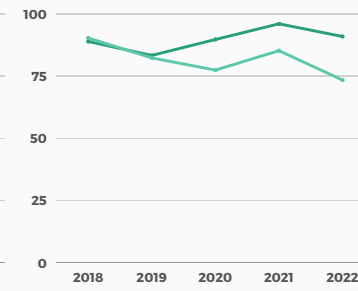
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE

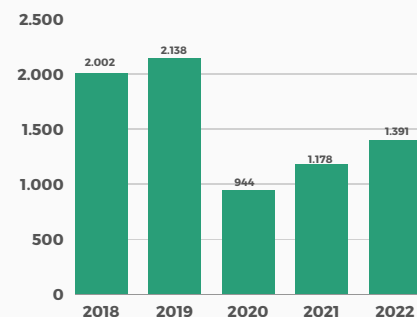


INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2021	VARIAÇÃO (%) 2021/2022
Índice de Visibilidade (%)	28,8	23,0	18,3	15,65	23,0	-11,97
Índice de passageiros por Km	35,2	35,2	25,6	19,6	23,0	17,16
Custo por Km (R\$)	133,93	128,11	173,60	140,50	170,76	21,54
Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,85	0,86	1,16	1,46	1,59	8,48
Integração Tarifária (%)	56,2	55,9	63,2	56,5	52,4	-7,19
Índice de receita extraoperacional (%)	1,4	2,0	2,6	3,2	3,4	7,78
Índice de Segurança do Passageiro	1,6	1,7	1,0	1,8	1,8	-1,53
Índice de Confiabilidade do Sistema	813	633	655	1029	1.127	9,60

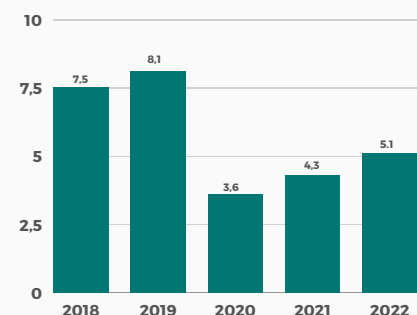
INDICADORES DE DESEMPENHO

JOÃO PESSOA

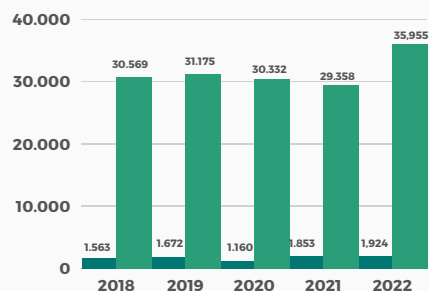
PASSEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



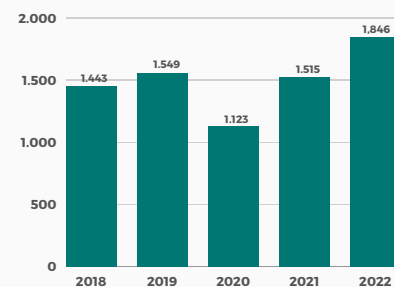
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



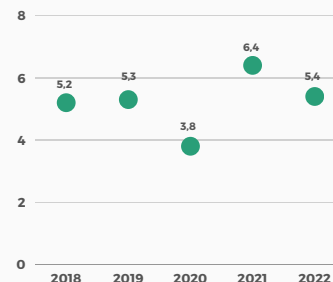
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



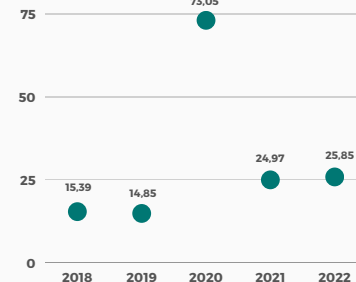
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



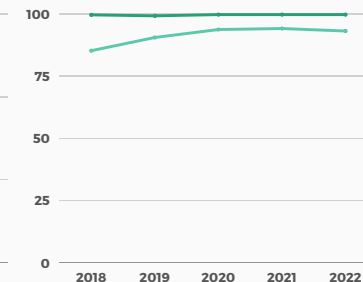
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE

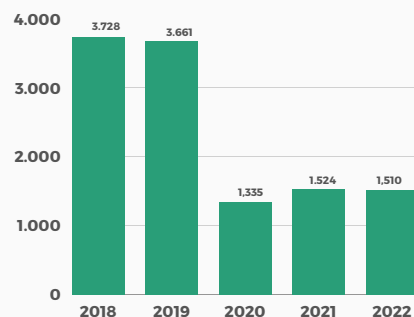


INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022	VARIAÇÃO (%) 2021/2022
Índice de Visibilidade (%)	2,7	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	10,7	11,3	7,0	6,0	6,9	15,23
Custo por Km (R\$)	163,64	164,74	226,57	149,29	179,18	20,02
Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,73	0,72	1,15	1,28	1,33	3,82
Integração Tarifária (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de receita extraoperacional (%)	7,7	7,4	3,2	18,3	4,1	-77,55
Índice de Segurança do Passageiro	1,5	1,6	1,5	2,0	0,0	0,00
Índice de Confiabilidade do Sistema	4.103	3.063	3.744	3.602	309	-13,51

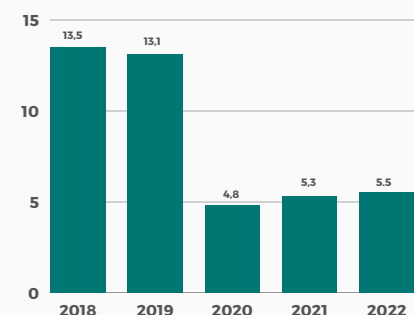
INDICADORES DE DESEMPENHO

NATAL

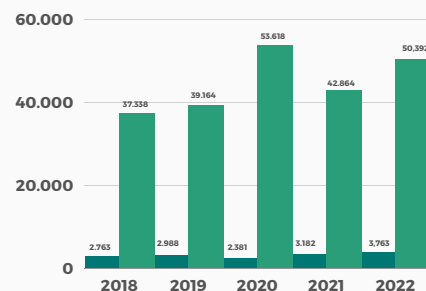
PASSEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



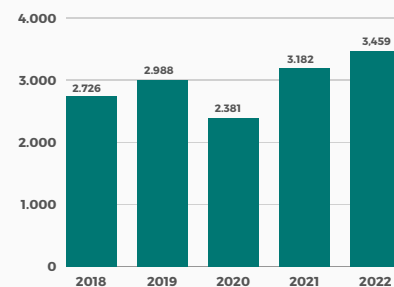
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



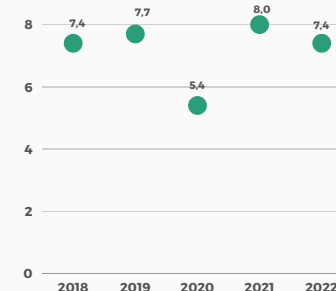
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



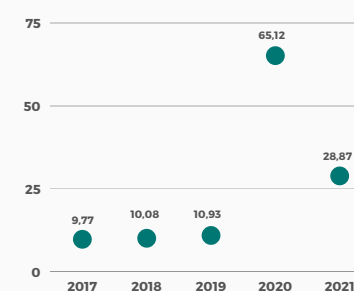
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



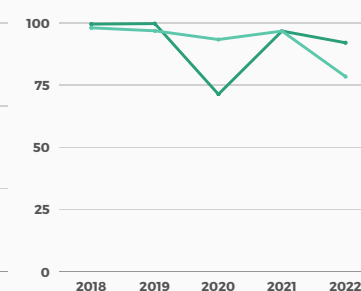
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE

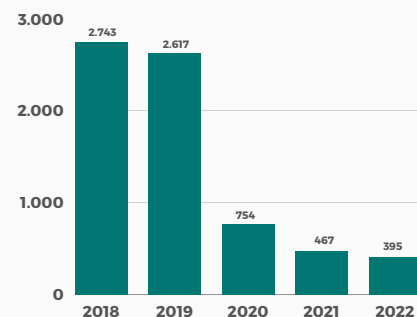


INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2021	VARIÇÃO (%) 2021/2022
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	16,7	14,5	7,0	5,8	5,8	-0,33
Custo por Km (R\$)	167,64	154,98	281,49	164,20	194,13	18,23
Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,73	0,84	2,01	2,07	2,29	10,86
Integração Tarifária (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de receita extraoperacional (%)	1,3	1,9	2,0	5,9	7,8	31,59
Índice de Segurança do Passageiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Índice de Confiabilidade do Sistema	1.882	2.045	1.146	1.442	163	-88,70

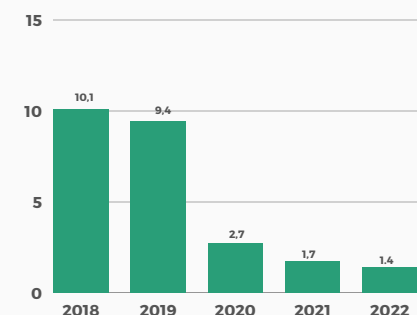
INDICADORES DE DESEMPENHO

MACEIÓ

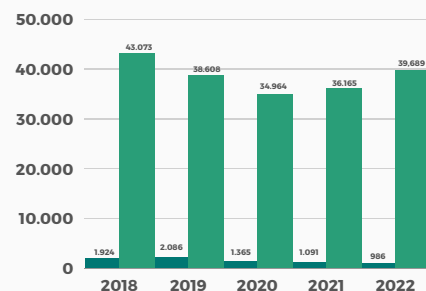
PASSEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



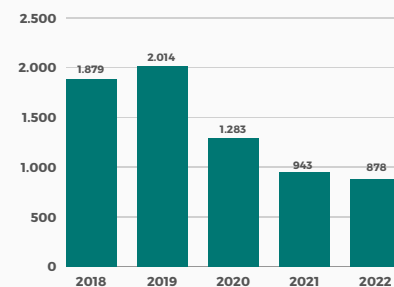
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



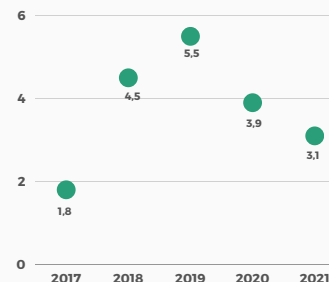
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



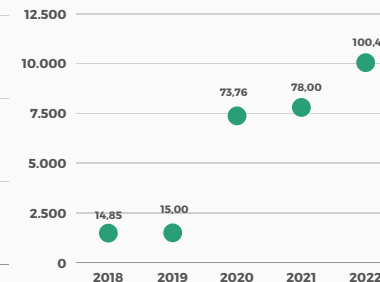
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



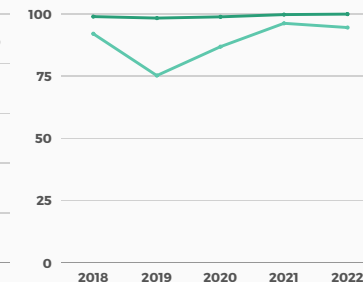
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE



INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022	VARIÇÃO (%) 2021/2022
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	11,3	11,0	5,2	2,6	2,2	-16,38
Custo por Km (R\$)	177,24	162,86	241,46	203,61	222,39	9,23
Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,65	0,80	1,79	2,02	2,22	9,95
Integração Tarifária (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de receita extraoperacional (%)	2,4	3,5	6,0	13,5	11,0	-18,66
Índice de Segurança do Passageiro	0,4	0,0	5,4	0,0	0,0	-
Índice de Confiabilidade do Sistema	272	165	187	517	299	-42,19

DESTAQUES E DESAFIOS 2022



DESESTATIZAÇÃO BELO HORIZONTE

O sistema de trens urbanos operado pela CBTU em Minas Gerais, inserido no Programa Nacional de Desestatização - PND, passou por algumas etapas ao longo de 2022: Em 30 de junho foi feita a cisão parcial, deixando de ser uma superintendência, filial da CBTU Nacional, e passou a ser uma subsidiária com o nome de CBTU-MG e sendo vinculada a CBTU Nacional no papel de Holding. Em 28 de setembro de 2022 houve uma segunda cisão parcial, deixando qualquer vínculo com a CBTU Holding e passando a ser controlada pela VDMG, empresa não dependente vinculada ao Ministério da Economia. Após esta segunda cisão, foi realizado leilão de concessão no dia 22 de dezembro de 2022. Apenas no ano de 2023 deverá ser assinado o contrato onde o Governo Federal delega ao Estado de Minas Gerais e este automaticamente concede a operacionalização do sistema ao vencedor do certame.

Seus números na parte dos indicadores foram consolidados pertencentes a CBTU até final de setembro, apesar a cisão ter começado a ser feita em junho, a partir de outubro de 2022 o Total CBTU não inclui mais Belo Horizonte e isso impactou os indicadores do fechamento do ano.

Considerando o realizado até set/22, a STU BH representava quando comparada ao total da CBTU:

24,5% do total de passageiros transportados

47,4% da receita total

71,1% da receita não operacional

Quando considerada apenas a receita não operacional essa proporção sobe para 71,1% dos resultados obtido pela empresa até aquele momento.

Para fins de comparação com o ano anterior, abaixo os principais resultados do Total CBTU até o mês de setembro de 2022 e suas respectivas variações.

TOTAL CBTU	Até set/2021	Até set/2022	%
Passageiros transportados (mil)	52.761	59.536	12,8
Receita Total (R\$ mil)	118.108,4	152.367,9	29,0
Receita Operacional (R\$ mil)	110.407	141.807	28,4
Receita Não Operacional (R\$ mil)	7.701,8	10.560,7	37,1

Termo de Execução Descentralizada - TED

A partir de maio/2022 as fortes chuvas que atingiram o nordeste causaram estragos em Recife, Maceió e Natal danificando a Via Permanente, Rede Aérea e Material Rodante.

Através de ações da Defesa Civil algumas intervenções de recuperação foram aprovadas e a CBTU pôde contratar intervenções e equipamentos visando o restabelecimento do transporte de pessoas nos trechos interrompidos.

Ainda no ano 2022 foi aprovada uma PEC que destinava recursos aos Estados e Municípios visando compensar os operadores pelo transporte de pessoas idosas de maneira gratuita.

A gestão da CBTU junto ao MDR permitiu que se recebesse recursos equivalentes as gratuidades concedidas em seus sistemas e com estes recursos, exclusivamente de custeio, foi possível concluir o exercício orçamentário 2022 com as despesas correntes amparadas orçamentariamente.

DESTAQUES E DESAFIOS 2022



NATAL

A Linha Branca faz parte das ações de modernização e ampliação do sistema da CBTU em Natal. Ela terá um total de 23,4 km de linha férrea e cinco estações, das quais quatro foram entregues.

A construção da Linha Roxa da CBTU na Grande Natal teve a pedra fundamental lançada em setembro de 2021, as obras estão em andamento com previsão de conclusão em 2023.



MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Parnamirim
Nísia Floresta
São José de Mipibu



ESTAÇÕES ENTREGUES

Boa Esperança
Cajupiranga
Bonfim
São José de Mipibu



DESTAQUES E DESAFIOS 2022



RECIFE

Em 2022 - conclusão dos trabalhos da Pesquisa de Origem e Destino feito pela CBTU Recife.

Os dados são importantes para subsidiar a Companhia para planejamentos futuros, eventual expansão bem como na utilização de recursos e economia dos mesmos.

No quesito segurança, o ano de 2022 foi marcado por ativa participação de Gerência Operacional de segurança Empresarial:

- Grupo de Inteligência Ferroviária intensificando a vigilância e investigação no sistema e furtos de material da via férrea.

- Instalação de sistema de câmeras no ramal Cabo da Linha Diesel como forma de controle, supervisão e apuração de ocorrências operacionais.

Finalizamos o ano de 2022 com a implantação da integração temporal em 14 do 15 Terminais Integrados de Recife. Faltando apenas o Terminal Barro, que estão sendo feitas tratativas junto ao Consórcio Grande Recife para implantação pois para realização da integração é necessária a integração também no sentido metrô/ônibus.



JOÃO PESSOA

A CBTU João Pessoa em 2022:

- Iniciou a implantação de sinal luminoso com lâmpadas de Led nas placas de sinalização vertical do sistema de trens urbanos da Capital.

- Ao todo, 14 Passagens de Níveis (PN's) estão recebendo os conjuntos de sinalização completos, que incluem módulos eletrônicos e postes.

A migração para esse novo sistema aumenta a confiabilidade e eficiência na segurança de tráfego e para 2023 outras inovações estão sendo planejadas para tornar o sistema de sinalização ainda mais seguro e eficaz.

No final do ano entrou em operação experimental a Estação Jardim Camboinha, em Cabedelo. Construída dentro dos padrões internacionais de acessibilidade, dispondo de portas automáticas, desembarque à nível, bilhetagem eletrônica, sanitários acessíveis, ventilação natural e passeio para pedestres, a nova estação é a mais moderna do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa.

DESTAQUES E DESAFIOS 2022

RECEITA NÃO OPERACIONAL

O ano de 2022 para as receitas não operacionais na Companhia foi desafiador, pois nos primeiros meses ainda se sentiu os reflexos da Pandemia de Covid-19, com as restrições a realização de eventos, o que impactou negativamente nas contratações de campanhas publicitárias pela concessionária de mídia. Já no último trimestre, com a segregação do Sistema de Belo Horizonte, o qual representava cerca de 71,1% da receita não operacional da Companhia, os efeitos foram ainda mais sentidos na arrecadação de recursos alternativos.

Para melhor avaliar o desempenho da CBTU verificamos duas perspectivas distintas a arrecadação de receitas não operacionais:

1º CENÁRIO

Participação efetiva do Sistema de Belo Horizonte até setembro/2022.

Receita não Operacional em 2022: R\$ 11.242.135 - redução de 5,7% do total de receitas não operacionais em comparação as auferidas em 2021. Entretanto, se a comparação for feita de janeiro a setembro dos dois anos estávamos tendo um aumento de 37,1% na arrecadação.

2º CENÁRIO

Recorte para os resultados apenas dos quatro Sistemas de Natal, João Pessoa, Recife e Maceió.

Receita não Operacional em 2022: R\$ 3.251.708,29, o que representa 8,4% a mais do que no ano de 2021.

O aumento da arrecadação de tais receitas não operacionais em 2022 se deu pelo bom desempenho operacional da Superintendência de Recife, que alavancou em 20,3% a sua arrecadação comparativamente ao ano de 2021.

PAGAMENTO DO ACORDO DA REFER

Pagamento parcela do acordo da REFER - planos da CPTM, CBTU, METROFOR, CTS e CENTRAL, ao longo do ano de 2022 disponível na tabela abaixo:

ACORDOS REFERENTES A PASSIVOS ATUARIAIS DE ESTATAIS DEPENDENTES

DIMENSÃO	PROJETO
JAN/22	27.354.504,41
FEV/22	27.537.779,60
MAR/22	27.813.157,40
ABR/22	28.288.762,37
MAY/22	28.582.965,51
JUN/22	28.711.588,86
JUL/22	28.889.600,71
AGO/22	28.716.263,10
SET/22	28.627.242,68
OUT/22	28.535.635,51
NOV/22	28.669.753,01
DEZ/22	28.778.698,06
TOTAL	340.505.951,22

META DIRETORIA EXECUTIVA

Dimensão	PROJETO	1º T	2º T	3º T	4º T	META	Ações / Obs.	Responsável
Econômico-Financeira	Receita Não Operacional	33,4%	67%	90%	100%	9 milhões	Refere-se as receitas patrimoniais que somaram até o terceiro trimestre 8,1 milhões	GAPLO GEPL
	Captação de emendas parlamentares para PLOA 2023	0%	0%	0%	0%	5 milhões		DP
Operação e Manutenção	Definição do acordo judicial com a Braskem em Maceió	25%	50%	70%	80%	100%	O processo judicial encontra-se suspenso até 20.12.2022. Foi realizada reunião em conjunto com a DT e a BRASKEM em 28/11/2022 em que ficou determinado prazo para apresentação do estudo à CBTU em 13/01/2023. Como o Judiciário estará em recesso de 20/12/2022 a 20/01/2023, tomaremos alguma medida em 21/01/2023, seja pela aprovação do estudo e implementação de solução, após análise e decisão da DT, seja pela continuidade da ação judicial.	GAJUR
	Execução dos investimentos em Natal e Jop	12%	40%	66%	86%	100%		DT
	Implementação da Integração Temporal em Recife	40%	85%	75%	85%	100%		DT
	Realização de Pesquisa de Satisfação dos Usuários	0%	0%	57%	57%	100%		DT

META DIRETORIA EXECUTIVA

Dimensão	PROJETO	1º T	2º T	3º T	4º T	META	Ações / Obs.	Responsável
Gestão, Governança e Conformidade	Revisão de Processos e Implementação do ERP	7%	30%	35%	40%	60%	% da Revisão de Processos, Aquisição de Licenças e Implantação do Sistema (exceto execução de operação assistida, manutenção periódica e reservas de contingência).	GAEST Rodrigo Oliveira
	Avaliação Geral de Riscos	5,6 %	5,6 %	8%	8,9%	35%	Após redefinição do escopo de contratação com a inclusão do software, foi necessário refinar ETP, TR e realizar nova pesquisa de mercado.	GERIS
	Regularização do patrimônio pendente do processo de estadualização junto à CPTM e Central	25 %	0%	25%		80%		Paulo Cesar Moraes
	Ressalvas no Relatório da Auditoria Independente sobre as contas de 2021	0%	15%	17%	68%	0%	<p>[Janeiro a Outubro/2022]:</p> <p>0- Celebração do convênio com o Banco do Brasil para acompanhamento dos saldos depositados em juízo;</p> <p>1- Reuniões para levantamento de informações entre Jurídico e Contábil-financeiro para definição de procedimentos acerca do saneamento da conta contábil, registro de despesas jurídicas e recuperação dos saldos constantes dos relatórios dos bancos.</p> <p>2- Elaboração de Procedimento Operacional (POP) para empenho, liquidação e lançamento das despesas jurídicas, com vistas à mitigação de riscos de erros futuros na apropriação na conta de depósito judicial .</p> <p>3- Análise de relatórios do tesouro gerencial, do sistema process e do Banco do Brasil para: identificação dos processos e respectivos valores, identificação do status processual com vistas a regularização da conta contábil.</p> <p>4- Constituição de Grupo de Trabalho para regularização do saldo da conta contábil 1212100605 [em 23.09.2022].</p> <p>5-Saneamento da Conta Contábil (expurgo dos registros incorretos das despesas na conta 1212100605);</p> <p>6- Elaboração de procedimento Operacional (POP) definindo os procedimentos para saneamento da conta contábil (baixa dos depósitos recursais); [Fase de envio do Normativo à Área de conformidade];</p> <p>7 - Celebração de Convênio entre a CBTU e Caixa Econômica (em fase de conclusão);</p> <p>8 - Elaboração de Procedimento Operacional para recuperação dos saldos que constam dos relatórios do Banco do Brasil e da Caixa (Envolve a área jurídica) [Em conclusão].</p>	GAFIN GECOC

META DIRETORIA EXECUTIVA

Dimensão	PROJETO	1º T	2º T	3º T	4º T	META	Ações / Obs.	Responsável
Gestão, Governança e Conformidade	Desfazimento de bens inservíveis e regularização de inventários na AC e STUs	0,00	13%	20%	0%	80%	<p>1- Publicação a Resolução de Diretoria nº 001/2022, em 20/04/2022, que esta-belecer as diretrizes para a baixa de bens não localizados, cumpridos os requi-sitos de a) bens não localizados há mais dois exercícios e b) com valor residual inferior a R\$ 10.000,00, com fulcro no princípio da eficiência.</p> <p>2- Ações das STUS e da AC em conformidade ao ato administrativo supracita-do. [Concluídas integralmente nas STUs e ER-SP e parcialmente na AC].</p> <p>3- Levantamento do quantitativo bens inservíveis.</p> <p>4- Realização do 1º Leilão para descarte de bens inservíveis na STU Recife.</p> <p>5- Elaboração de lista com bens não localizados de alta relevância (valor) e posterior encaminhamento para corregedoria proceder às apurações.</p> <p>6- A STU-JOP e a STU-REC possuem bens de alto valor não localizados e abriram procedimentos de apuração de responsabilidade, que estão em anda-mento. As demais não possuem bens de alto valor em tal situação.</p> <p>7- Inventário Físico de 2022 em andamento com novas diretrizes incluídas a fim de mitigar/regularizar de forma mais rápida e eficiente as inconsistências verificadas</p> <p>* percentual baseado na quantidade de unidades e conclusão integral das etapas (100% / 7 unid x 5 unid concluídas)</p>	GEPAT
	Atualização da Infraestrutura de TIC	0%	10%	15%	20%	100%	Os seguintes contratos foram assinados em junho de 2022: CTR-0022-2022-DP - Soluções de conectividade de acesso e conectividade de datacenter e CTR-0021-2022-DP - Soluções de segurança. Iniciado a prepração do ambiente para instalação dos novos nobreaks. Iniciado as tratativas para elaboração e assinatura do contrato para fornecimento das soluções Microsoft.	GAEST GETIN
	Implantação do Sistema Super Br	0%	1%	1%	1%	100%	Realizado vídeo conferência com o então Sr. DP e a Sra. Priscila, da Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, no qual foi explicado que o sistema é sustentado na nuvem da Dataprev e que haverá custo operacional mensal. Os valores não foram especificados. A CBTU entraria como projeto piloto e posteriormente, por prazo que não foi definido, se iniciaria o pagamento da sustentação do serviço. Após essa reunião, não conseguimos dar continuidade no processo junto ao PMDG.	GAEST GETIN
	Implantação do Sistema Auditar	0%	0%	0%	10%	75%	O sistema ainda não pode ser implantado devido a repriorização dos projetos de TIC (Projeto TOTVS e estudo técnico de implantação da nova infraestrutura de TIC)	GAEST GETIN AUDIT
	Atualização da Infraestrutura de TIC	0%	10%	15%	20%	100%	Os seguintes contratos foram assinados em junho de 2022: CTR-0022-2022-DP - Soluções de conectividade de acesso e conectividade de datacenter e CTR-0021-2022-DP - Soluções de segurança. Iniciado a prepração do ambiente para instalação dos novos nobreaks. Iniciado as tratativas para elaboração e assinatura do contrato para fornecimento das soluções Microsoft.	GAEST GETIN
	Realização de Pesquisa de clima organizacional	0%	50%	0%	50%	100%	<p>1-levantamento das informações necessárias para a implantação da pesquisa de clima organizacional na CBTU iniciada em 15/07/2022</p> <p>2- Elaboração/finalização de questoionário para mapeamento do clima</p> <p>3- Explicações pela Alta Administração, aos gestores, acerca da realização da pesquisa</p> <p>4- A pesquisa estará aberta para participação entre os dias 05 a 12/12/2022</p>	GAREH GEDES

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A CBTU ano a ano elabora pré-proposta orçamentária, na fase qualitativa, compatível com as necessidades de manutenção, operação, investimento e sua capacidade de realização, quando da formatação da PLOA, fase quantitativa, são estabelecido limites sempre aquém das necessidades indicadas. Obrigando a Companhia a atender apenas o essencial.

De maneira mais preocupante, os limites da LOA 2022 foram insignificantes, e obrigariam a CBTU a paralisar sua operação já no meio do ano. Mas, de maneira hábil, os técnicos e gestores readequaram contratos e aperfeiçoaram ainda mais a aplicação dos recursos para que o objeto social da Companhia não deixasse de ser atingido.

Concomitantemente a Direção e áreas afetas ao Planejamento e Orçamento dialogaram com o Ministério do Desenvolvimento Regional, reforçaram o impacto para a população da paralisação dos sistemas e obtendo êxito em ser suplementada a LOA e também da formalização de Termos de Execução Descentralizada de modo a permitir transportar pessoas com o máximo possível de regularidade, pontualidade e segurança.

Os esforços da gestão tem permitido a entrega de um sistema sobre trilhos eficiente e que se apresenta como troncal da mobilidade urbana, nas áreas onde está inserido, mantendo o Governo Federal como fomentador do desenvolvimento regional.

DESTAQUES EM 2022



Conclusão de pesquisa origem/destino em Recife, onde estão a maior parte da população atendida.



Implantação de integrações temporais com os sistemas de ônibus.



Inauguração de estações e extensão de malha, passando a atender um maior número de municípios e habitantes.



Implantação de sistemas de sinalização em passagens de nível.

PPA 2020-2023

A CBTU está inserida no **Programa 2217** - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas. E no **Programa 2219** - Mobilidade Urbana, com o objetivo de aprimorar o planejamento, a gestão e a infraestrutura de mobilidade urbana em cidades e regiões

RESULTADO PRIMÁRIO LEI

	RESULTADO PRIMÁRIO LEI	PROPOSTA CBTU 2022	PLOA	LOA	LOA + CRÉDITOS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (ANO VIGENTE + RAP)
1	PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	1.167.747.716	1.106.970.503	1.101.562.995	1.617.460.475	1.555.466.349	1.555.466.349	1.545.884.806
2	PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO	946.700.000	220.000.000	216.298.897	276.149.138	419.501.632	342.048.936	345.293.472
3	PRIMÁRIO SEM IMPACTO FISCAL						892.114	951.865
9	DESP.DISCRICIO- NÁRIA DECORRENTE DE EMENDA DIR.GERAL PLOA,EXC. ORDEM TEC						10.821.739	11.054.628
Total		2.114.447.716	1.326.970.503	1.317.861.892	1.893.609.613	1.974.967.981	1.897.515.285	1.902.892.131

GRUPO DE DESPESA

	RESULTADO PRIMÁRIO LEI	PROPOSTA CBTU 2022	PLOA	LOA	LOA + ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (ANO VIGENTE + RAP)	DESPESAS PAGAS (ANO VIGENTE + RAP)
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.007.643.570	974.795.740	969.388.232	1.079.109.827	1.045.590.311	1.045.590.311	1.036.281.171	1.039.852.245
2	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	470.104.146	352.174.763	348.473.660	761.126.786	793.536.650	762.873.572	754.786.590	752.101.378
4	INVESTIMENTOS	636.700.000		0	53.373.000	135.841.020	89.051.403	111.824.370	108.247.361
TOTAL		2.114.447.716	1.326.970.503	1.317.861.892	1.893.609.613	1.974.967.981	1.897.515.285	1.902.892.131	1.900.200.984

FONTES DE RECURSOS

	PROPOSTA CBTU 2022	PLOA	LOA	LOA + ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (ANO VIGENTE + RAP)	DESPESAS PAGAS (ANO VIGENTE + RAP)
0100	1.944.421.154	1.112.346.216	1.100.856.828	1.642.381.755	1.601.127.616	1.600.971.302	1.592.345.745	1.610.264.983
0144							32.880.397	33.053.870
0150	170.026.562	169.937.673	169.937.673	145.702.660	135.515.614	135.511.840	133.506.043	133.624.419
0151		44.063.479	44.063.479	22.198.598	22.198.598	22.198.598	22.051.095	23.744.177
0174							563.563	578.342
0180		323.889	323.889	323.889	0	0	0	
0181		299.246	299.246	299.246	267.801	267.801	259.922	259.922
0188			2.380.777	82.703.465	72.383.113	72.383.113	65.498.936	45.086.681
0250							66.410	66.410
0300					143.475.239	66.182.632	35.145.012	34.293.720
0329							7.790.812	7.431.309
0350							11.400.321	10.388.036
0650							1.383.875	1.409.116
Total	2.114.447.716	1.326.970.503	1.317.861.892	1.893.609.613	1.974.967.981	1.897.515.285	1.902.892.131	1.900.200.984

GESTÃO PATRIMONIAL

A CBTU aderiu ao Sistema Patrimonial do Governo Federal-SIADS, oferecido pelo Ministério da Economia, de uso obrigatório, e que possibilita um controle completo e efetivo de estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte.

Em 2022, todas Superintendências da CBTU participaram do processo de capacitação ao uso do SIADS.



Pendências de Transferências

A situação atual dos imóveis da CBTU é fruto da ausência de registro cartorial tempestivo de atos jurídicos com impacto no patrimônio realizados desde a sua constituição em 1984, dentre os quais se destacam: (i) a liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e (ii) os processos de estadualização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros, urbano e suburbano, prestados pela CBTU nos termos da Lei nº 8.693/93.

Por falta de disponibilização orçamentária, não foi possível a resolução definitiva das pendências na formalização de transferências de bens ocorridas entre a CBTU e outras entidades.

A Diretoria da CBTU instaurou Grupo de Trabalho para, dentre outras medidas, elaborar um Plano de Ação para resolução desta questão e após inúmeras iniciativas exitosas junto às empresas envolvidas, planeja a formulação de um Acordo de Cooperação Técnica para o próximo exercício.

GESTÃO DE PESSOAS

O principal regente das relações de trabalho, no âmbito da CBTU, é o Decreto 5.452/1943, da Consolidação das Leis Trabalhistas. Além disso, para assegurar a conformidade da Lei de Responsabilidade das Estatais (13.303/2016), a Companhia observa as orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), ligada ao Ministério da Economia.

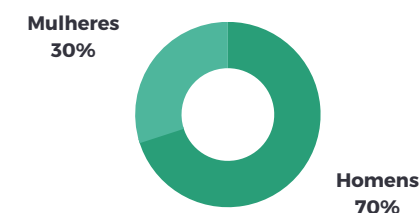
PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO:

2.708 

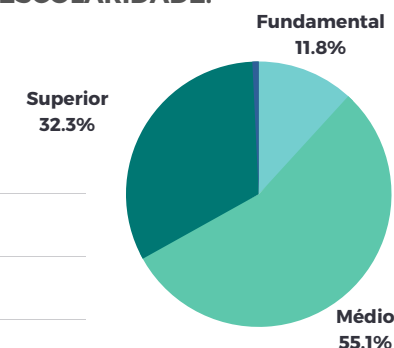
Empregados ativos

A redução no quadro efetivo da Companhia em comparação a 2021 ocorreu após o processo de sucessão trabalhista na Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte, em 28/06/2023, quando 1.483 empregados passaram para o quadro da subsidiária (Companhia de Trens Urbanos de Minas Gerais - CBTU/MG)

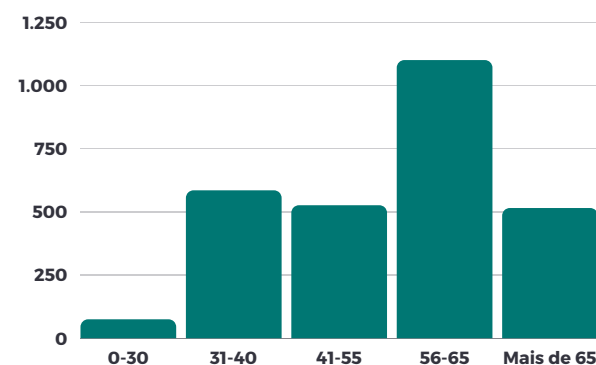
OCUPAÇÃO DE CARGOS GERENCIAIS:



ESCOLARIDADE:



EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA:



POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

A política de remuneração dos administradores e membros de colegiados na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) é praticada conforme os seguintes dispositivos legais balizadores do tema: Lei 6.404/1976; Lei 13.303/2016; Decreto 8.945/2016; Decreto 89.039/1984 e Decreto 9.035/2017, manifestação e supervisão anual da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), e aprovação da Assembleia Geral.

A remuneração dos Diretores é composta pelas rubricas de Honorários mensais, Adicional de Férias, Auxílio Alimentação, Auxílio Saúde, Gratificação Natalina e, em caso de Diretor-empregado, pagamento da Previdência Complementar se o mesmo fizer jus, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e INSS sobre os vencimentos.



A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria também segue a legislação mencionada, com o valor das gratificações mensais calculada sob 10% da média da remuneração dos Diretores (incluindo a Gratificação Natalina).



Remuneração de Membros da Diretoria

Remuneração da Diretoria (valores em R\$)	EXERCÍCIO 2022
Quantidade de membros	3
Remuneração Fixa	-
i. Honorários	610.997,04
ii. Auxílio Alimentação	17.174,56
iii. Participação em Conselho	-
iv. Plano de Saúde	9.507,68
v. Outros (13º; previdência complementar; Férias)	111.386,30
TOTAL	749.045,58

Gratificação dos Conselheiros

Gratificação de Conselhos e Comitês (valores em R\$)		EXERCÍCIO 2022
Grupos colegiados	Nº de membros	-
Conselho de Administração (CONAD)	8	164.141,52
Conselho Fiscal (CONFI)	4	74.449,89
Comitê de Auditoria (COAUD)	3	85.420,58
TOTAL	15	324.011,99

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

A capacitação e treinamento dos empregados é parte integrante da Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos da CBTU que tem como objetivos:



Promover a equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional;



Fomentar a gestão do conhecimento organizacional



Incentivar o autodesenvolvimento e o desenvolvimento profissional contínuo;



Promover, aos empregados que exercem funções de gerência, condições de desenvolvimento das habilidades de liderança e gestão, permitindo uma atuação estratégica e capaz de mobilizar e potencializar sua equipe de trabalho.



Estimular através da capacitação, a busca pela inovação de processos de trabalhos e serviços;

Treinamentos/capacitação realizados em 2022



Treinamento

3980 empregados* = **5799,5** homem/hora



Instrutoria Interna

1305 empregados* = **2180** homem/hora

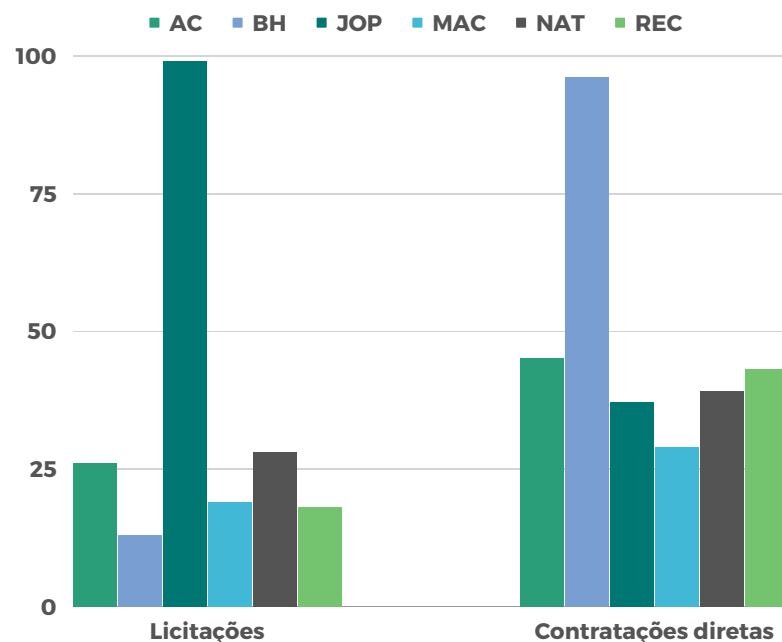
*Destes dados, BH correspondeu à 131 matrículas com o total de 247 horas de instrutoria interna, e 363 matrículas com o total de 506

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

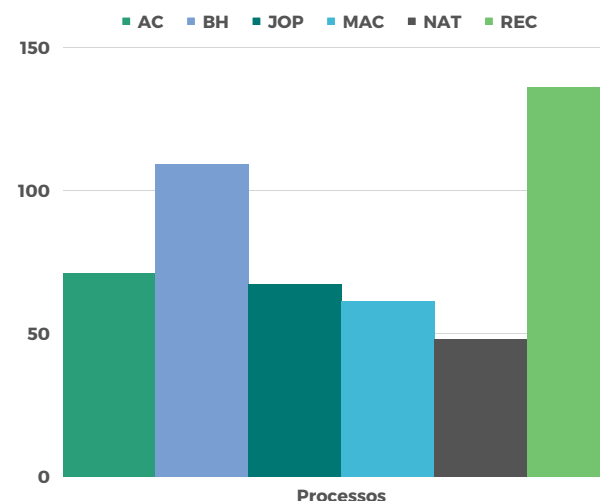
O principal instrumento de regulação das contratações no âmbito da Companhia, incluindo a Administração Central e as Superintendências Regionais é o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos- RILC/CBTU, que está em sua 3ª atualização e desenvolvido a partir da Lei 13.303/2016 e demais dispositivos pertinentes.



LICITAÇÕES E CONTRATOS EM NÚMEROS



PROCESSOS POR UNIDADE ADMINISTRATIVAS - 2022



Do total de processos iniciados ao longo do período, 87,72% resultaram em contratações ou seguem em andamento e 12,27% foram cancelados, fracassados ou revogados.

87,72%
resultaram em
contratações ou
seguem em
andamento

12,27%
foram cancelados,
fracassados ou revogados.

Economia de R\$ 31.734.408,94

No exercício 2022, após a finalização dos procedimentos licitatórios, houve uma economia de **R\$ 31.734.408,94** nas contratações em relação a valor inicial estimado.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

VISÃO GERAL DE 2022

Em continuidade às implementações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e implementações de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) o ano de 2022 foi marcado pela busca de melhorias dos processos de TIC.

Baseada pela CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), os estudos das normas relativas à governança visaram transformar a TIC para ser mais ágil e flexível, buscando sua modernidade.

Essa adequação, proporcionou melhorias dos processos de contratação, desde os ETP (Estudos Técnicos Preliminares), as Instruções Processuais balizando os processos de Licitação, até as ações de tratativas com fornecedores, aprimorando negociações que visaram vantagens econômicas para a Administração Pública.

Atendemos a estratégia da empresa de uma nova mudança da sede administrativa em Brasília. Toda mudança da sede com todos os seus ativos de informática, implementação de solução de comunicação com nosso DataCenter e por fim, sua mudança definitiva, selaram as atividades de 2022, disponibilizando toda infraestrutura computacional para todos os seus empregados sem nenhuma interrupção de suas atividades.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Continuidade de sustentar a estrutura de nuvem com acesso externo a arquivos e sistemas, utilizando ferramentas sem custo de licenciamento;

Primoramento da infraestrutura para Segurança da Informação;

Continuidade de migração da Infraestrutura Computacional Hiperconvergente (Data Center HCI) na Administração Central e Recife sendo esse um dos projetos do programa PR-17

Reestruturação dos Datacenters - Hardware e Software;

Contratação de licenças de Sistemas Operacionais (SO) para o licenciamento do Hardware do Data Center HCI, sendo um projeto em andamento do programa PR-17 Reestruturação dos Datacenters - Hardware e Software;

- Implantação e operacionalização do Hardware concluídas na Administração Central e Recife;
- Migração dos serviços concluídos na Administração Central;
- Migração dos serviços em andamento em Recife;
- Não iniciada a implantação da Virtualização de Rede NSX;
- Não iniciada a implantação da vCloud.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Implantação dos equipamentos especializados para armazenamento e processamento do Banco de Dados da Oracle (Oracle Database Appliance - ODA) e ampliação do licenciamento de softwares e suporte técnico, soluções de infraestrutura tecnológica para virtualização e processamento, armazenamento e replicação de dados, contemplando hardware, software e serviços de implantação, configuração, migração e repasse de conhecimento das soluções Oracle, sendo um projeto do programa PR-17 Reestruturação dos Datacenters - Hardware e Software. Já instalado na STU-RCE (Recife) e em processo de instalação na Administração Central;

Compatibilização de ERPs aos Processos de Negócio da CBTU para sua expansão. As atividades envolvem desenho do processo atual (AS-IS), redesenho dos processos da cadeia de valor (TO-BE) e a implantação do Sistema de Gestão (ERP Protheus) utilizado na STU-REC para toda administração, treinamento;

Aquisição de componentes e subsistemas integrantes (geradores, nobreaks, quadros elétricos, controle de acesso, entre outros) para sustentação dos sistemas e serviços de TIC da CBTU. Esses projetos em andamento são do âmbito do programa PR-16 Reestruturação dos Datacenters - Segurança Física;

Mudança da Sede da Administração Central;

Implantação de sistema Wi-Fi para Administração Central.

OPORTUNIDADE PARA O INTERSTÍCIO 2023-2024

Para o interstício 2023-2024 foram priorizados alguns projetos, frutos da mudança de toda a infraestrutura de TIC em Brasília. Esses projetos serão apresentados aos Comitês de TIC para a devida apreciação e aprovação. Para uma melhor compreensão dos projetos dos respectivos programas em andamento, é apresentado o status atualizado a seguir:

PR-01	Implantar Gestão de Demandas de TIC e Catálogo de Serviços de TIC	Fazer desenho
PR-02	Implantar a Gestão Centralizada de Contratações e Orçamento de TIC	Desenhado em Aprovação
PR-03	Implantação de Solução de Comunicação Corporativa	Em execução
PR-04	Substituição do e-mail Corporativo	Estudo preliminar
PR-05	Gestão Centralizada de Links Corporativos	Estudo preliminar
PR-06	Desenho de Processos de ERPs compatibilizando aos Processos de Negócio da CBTU e de Governo	Em execução
PR-07	Implantação e Customização de ERP	Em execução
PR-08	Implantação de Sistema de Tramitação de Processos Eletrônicos	Em execução
PR-09	Implantação de Bilhetagem Eletrônica da CBTU	Estudo preliminar
PR-10	Contratação de Consultoria de Riscos de TIC e de Segurança da Informação	Estudo preliminar
PR-11	Gestão de Acesso de Sistemas	Estudo preliminar
PR-12	Gestão de Backup Centralizado	Não iniciado
PR-13	Implantação de Sistema de Gerenciamento de Processos	Em andamento
PR-14	Implantação de Sistema de Gerenciamento de Riscos	Estudo preliminar
PR-15	Implantação de Sistema de apoio ao Processo de Auditoria	Em execução
PR-16	Reestruturação dos Datacenters - Segurança Física	Em Execução
PR-17	Reestruturação dos Datacenters - Hardware e Software	Em execução

[1] Os links principais foram implantados e foi iniciado o estudo para os links de redundância.

[2] Esse projeto encontra-se no programa que visa a implantação do ERP.

[3] Esse projeto encontra-se no programa que visa a implantação do ERP.

[4] Aguardando aprovação de órgão externo.

[5] Esse projeto encontra-se no programa que visa a implantação do ERP.

[6] Termo de cessão firmado. Elaboração do plano de implementação.

GESTÃO AMBIENTAL

A CBTU prioriza ações que associam o desenvolvimento econômico e social à preservação do meio ambiente.

SER ECONOMICAMENTE VIÁVEL, SOCIALMENTE JUSTA E AMBIENTALMENTE CORRETA.

ÁGUA



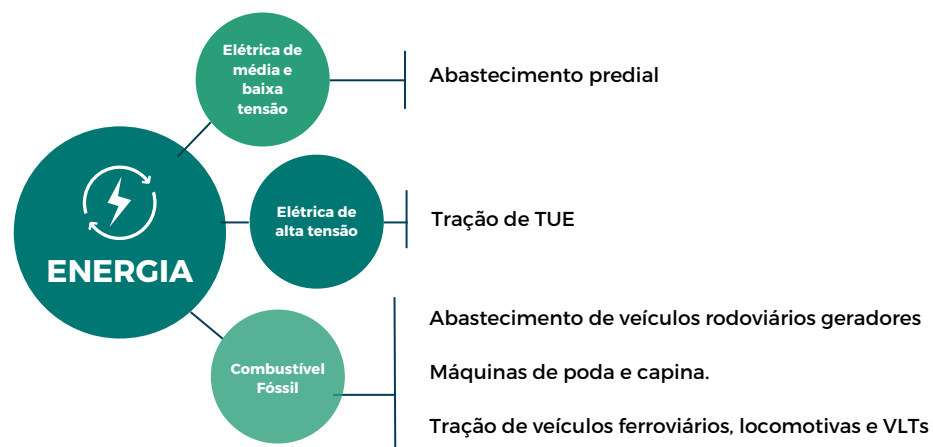
Em 2022 - Redução no consumo em 27,34% (34mil m³), gerando uma economia de 25% em relação aos gastos de 2021.

Redução no consumo em m³: 34 mil (27,34%)

ENERGIA



Em se tratando do transporte de passageiros e mobilidade urbana a energia é um elemento fundamental. As fontes principais de energia utilizadas pela CBTU são:



Apesar da importância inquestionável da energia para o desenvolvimento das atividades da Companhia, os Comitês de Sustentabilidade presentes na Administração Central e nas Superintendências, adotam ações que visam mitigar os impactos ambientais associados ao consumo.



“Graças a Política de Economia de Energia adotada pelos Comitês de Sustentabilidade, a CBTU conseguiu uma Redução de 542.000 kWh em relação a 2021”

CONSUMO DE ENERGIA EM 2022:

Energia elétrica - média e baixa tensão (KWh) - **12.578.834**

Energia elétrica tração (KWh) - **68.970.591**

Combustível rodoviário (Gasolina + diesel por Litro) : **221.612**

Combustível Ferroviário (Diesel para tração por Litro): **1.539.337**



GESTÃO AMBIENTAL

RESÍDUOS SÓLIDOS

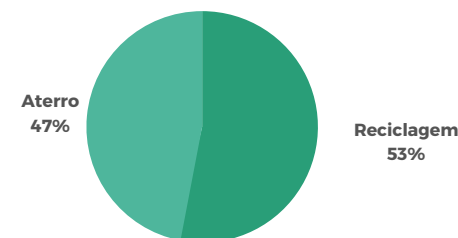
A CBTU realiza a gestão de resíduos por meio dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, implementados em cada STUs, com bases nas exigências da Lei 12.305 de 2010, o Decreto Regulamentador 7.404 de 2010 e as Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente - a respeito de cada categoria.

Resíduos sólidos gerados pela CBTU:



Quantidade 2022	Destinação Final
43 toneladas	Reaproveitamento, rerrefino, coprocessamento, incineração, aterro Classe I
313 unidades	Reciclagem
0,367 toneladas	Reciclagem
10.020 unidades	Descontaminação/reciclagem, logística reversa, aterro classe I
348 toneladas	Aterro sanitário
336 toneladas	Aterro Inerte/Compostagem/Reciclagem
54 toneladas	Cooperativa de reciclagem

TIPO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS:



A CBTU no seu compromisso com a sustentabilidade em 2022, obteve ganhos significativos em relação a 2021, sendo estes: aumento de 30% na quantidade de descarte de lâmpadas para reciclagem, aumento de 49%, em toneladas, na quantidade de resíduos de reciclagem de construção civil/poda e capina e expressivos 260% de aumento no descarte de material reciclável em cooperativas de reciclagem. Para 2023 a expectativa é que os resíduos destinados a aterros sanitários chegue ao máximo de 40%. Aumento de 11% em relação a 2021 referente a destinação de resíduos enviados a reciclagem.

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Os critérios de sustentabilidade também estão presentes nos processos de contratações de produtos e serviços da CBTU, previstos no Procedimento Ambiental nº 08 de 2013 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC.



CONFORMIDADE AMBIENTAL

Todas as unidades da CBTU encontram-se regulares junto ao Cadastro Técnico Federal – CTF/APP – IBAMA e também têm trabalhado na regularização e atualização dos processos de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os Comitês de Sustentabilidade realizam ações como envio de informativos, campanhas, palestras e treinamentos com os empregados a fim de disseminar a cultura de sustentabilidade na Companhia.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO BALANÇO PATRIMONIAL 2022

	2022	2021
CIRCULANTE		
Disponibilidades - Nota 04	67.936.187,34	118.252.252,77
Contas a Receber - Nota 05	5.986.099,69	7.458.256,72
Adiantamento de Férias	3.402.421,44	2.448.920,05
Almoxarifados	28.220.205,86	49.020.073,44
	105.544.914,33	177.179.502,98
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Judiciais - Nota 06	55.200.887,31	156.129.872,77
Depósitos Especiais	-	-
Impostos a Recuperar - Nota 07	2.412.070,59	3.719.479,96
	57.612.957,90	57.612.957,90
IMOBILIZADO - Nota 08	2.299.173.021,16	2.503.779.014,97
DIFERIDO	-	-
INTANGÍVEL - Nota 09	17.455.159,99	5.350.465,99
	2.316.628.181,15	2.509.129.480,96
	2.374.241.139,05	2.668.978.833,69
EFEITOS INFLACIONÁRIOS		
Contas Zeradas		
TOTAL DO ATIVO	2.479.786.053,38	2.846.158.336,67

PASSIVO BALANÇO PATRIMONIAL 2022

	2022	2021
CIRCULANTE		
Fornecedores e Empreiteiros	6.752.643,02	3.238.836,61
Encargos de Financiamentos	-	-
Provisão para Férias	30.312.941,14	39.536.326,66
Provisão para Contingências - Nota 10	333.224.874,88	553.169.444,36
Salários a Pagar	27.158.565,39	30.762.689,12
Depósitos e Consignações	5.619.284,96	6.616.542,25
Recursos Fiscais e Previdenciários	3.956.714,44	2.040.201,99
Obrigações a Pagar - Nota 11	35.566.186,80	5.735.325,59
Fundação REFER - Nota 21a	349.504.479,52	325.875.164,30
	792.095.690,15	299.918.749,63
NÃO CIRCULANTE		
Financiamentos	-	-
Provisão para Contingências - Nota 10	119.731.993,78	164.342.985,59
Receita Diferida - Nota 12	-	1.519.999,25
Recursos para Aumento de Capital - Nota 13	134.472,79	9.141.987,25
Fundação REFER - Nota 21a	2.892.914.389,48	2.876.356.882,20
	3.012.780.856,05	3.051.361.854,29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) - Nota 14		
Capital Social Realizado	6.325.713.767,87	6.596.610.451,60
Reserva de Reavaliação de Bens	1.182.728,02	1.677.495,22
Recursos para Aumento de Capital	130.742.190,49	89.505.541,89
Prejuízos Acumulados	(7.782.729.179,20)	(7.859.971.537,21)
	(1.325.090.492,82)	(1.172.178.048,50)
TOTAL DO PASSIVO	2.479.786.053,38	2.846.158.336,67

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DRE BALANÇO PATRIMONIAL 2022

	2022	2021
RECEITA BRUTA - Nota 15		
Transportes Ferroviários	149.309.583,59	158.056.014,37
Aluguéis e Arrendamentos	7.736.804,95	8.647.295,05
	157.046.388,54	166.703.309,42
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos e Contribuições Incidentes s/ Serviços	(1.038.525,51)	(1.014.824,81)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	156.007.863,03	165.688.484,61
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 16	(723.237.356,69)	(732.256.491,67)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(567.229.493,66)	(566.568.007,06)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas	(170.420.754,09)	(136.447.369,02)
Depreciações e Amortizações	(66.665.806,66)	(76.163.539,74)
Sentenças Judiciais	(553.464.239,81)	(253.898.994,74)
Provisões Diversas	194.708.404,03	(252.276.154,96)
Provisão ao Valor Recuperável de Bens	(8.711.220,87)	-
Reversão de Receitas Diferidas	110.833,38	190.000,00
Reversão de Penhoras (REFER)	-	-
	(604.442.784,02)	(718.596.058,46)
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(1.171.672.277,68)	(1.285.164.065,52)
Subvenções para Custeio - Nota 17	1.628.913.653,47	1.270.560.863,46
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	457.241.375,79	(14.603.202,06)
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 18		
Receita Financeira	4.788.582,30	2.770.140,17
Despesa Financeira	(381.544.558,56)	(888.771.201,74)
	(376.755.976,26)	(886.001.061,57)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	80.485.399,53	(901.406.263,63)
Resultado da Baixa de Bens	(3.737.808,72)	(1.837.169,31)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	76.747.590,81	(903.243.432,94)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

CONFIRA OS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM NOSSO SITE:
<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/desempenho/balanco>

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	7 6.747.590,81	(903.243.432,94)
AJUSTES POR:	(77.554.976,63)	892.981.057,42
Variação Cambial e Monetária	(1.756.932,42)	28.305.182,19
Depreciações e Amortizações	66.665.806,66	76.163.539,74
Encargos - REFER	380.826.891,23	885.140.844,56
Baixa de Bens	3.737.808,72	1.837.169,31
Provisão ao Valor Recuperável	8.711.220,87	-
Reversão de Receitas e Reservas	(110.833,38)	(190.000,00)
Provisão para Contingências	252.276.154,96	252.276.154,96
Baixa do Diferido	-	(145.955,00)
Amortização da REFER	(340.640.068,73)	(338.841.865,24)
Baixa Depósitos Especiais	-	279.329.172,79
Baixa Financiamentos	-	(290.800.817,00)
Créditos a Recuperar	(280.465,55)	(1.209.081,96)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS	124.126.938,61	1.361.734,96
Contas a Receber	1.472.157,03	(5.249.588,93)
Almoxarifados	20.799.867,58	(5.426.633,61)
Depósitos Judiciais	100.928.985,46	11.180.268,81
Adiantamentos de Férias	(953.501,39)	55.688,69
Créditos a Recuperar Cisão BH	1.879.429,93	-
Outros Ativos Circulantes	-	-
(AUMENTO) REDUÇÃO DE PASSIVOS	49.819.909,61	15.514.647,81
Fornecedores e Empreiteiros	(3.513.806,41)	995.537,24
Encargos de Financiamentos	-	5.840.945,29
Provisão para Férias	9.223.385,52	1.005.257,64
Outras Contas a Pagar	(27.145.992,63)	7.672.907,64
Ajuste de Provisão para Contingências Cisão BH	69.847.157,26	-
Baixa de Receita Diferida Cisão BH	1.409.165,87	-
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	73.499.643,19	(25.532.001,44)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	113.386.463,56	(23.917.170,90)
Aquisição de Imobilizado	(99.432.789,51)	(25.033.883,97)
Aquisição de Intangível	(13.389.836,00)	-
Redução do Imobilizado Cisão BH	225.228.916,07	1.116.713,07
Redução do Intangível Cisão BH	980.173,00	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(237.202.172,18)	33.595.190,26
Recursos para Aumento de Capital	97.147.000,23	33.595.190,26
Redução do Capital Social Cisão BH	(334.349.172,41)	-
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	(50.316.065,43)	(15.853.982,08)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(50.316.065,43)	(15.853.982,08)
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	118.252.252,77	134.106.234,85
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	6 7.936.187,34	118.252.252,77

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receita de Prestação de Serviços	149.309.583,59	158.056.014,37
Receita de Aluguéis, Arrendamentos e Concessões	7.736.804,95	8.647.295,05
Outras Receitas e Despesas (Líquidas)	110.833,38	190.000,00
Provisões Trabalhistas e Cíveis	(358.755.835,78)	(506.175.149,70)
	(201.598.613,86)	(339.281.840,28)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais Consumidos	21.030.195,28	24.864.490,85
Energia, Serv.de Terceiros, Outras Desp.Operacionais	21.030.195,28	216.529.403,14
Perda na Realização de Ativos	12.449.029,59	1.837.169,31
	280.486.843,99	242.429.063,30
VALOR ADICIONADO BRUTO	(482.085.457,85)	(581.710.903,58)
Depreciação e Amortização	(66.665.806,66)	(76.163.539,74)
	(66.665.806,66)	(76.163.539,74)
VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZ. PELA ENTIDADE	(548.751.264,51)	(657.874.443,32)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	1.628.913.653,47	1.270.560.863,46
Receitas financeiras	4.788.582,30	2.770.140,17
	1.633.702.235,77	1.273.331.003,63
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.084.950.971,26	614.654.560,31
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.084.950.971,26	614.654.560,31
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	446.396.426,29	435.251.521,09
Benefícios	84.313.394,51	84.313.394,51
FGTS	39.662.440,59	37.389.759,53
	559.262.317,28	556.954.675,13
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	66.827.216,26	71.880.987,10
Estaduais	350.004,56	144.539,13
Municipais	219.283,79	146.590,15
	67.396.504,61	72.172.116,38
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	381.313.722,20	888.397.749,59
	381.313.722,20	888.397.749,59
Juros sobre adiantamento de capital	230.836,36	373.452,15
RESULTADO RETIDO	76.747.590,81	(903.243.432,94)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em Milhares de Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR até dezembro de 2022 e Ministério das Cidades – Mcid a partir de janeiro de 2023, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo MDR / MCid, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e

e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem Metrô e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT's como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste exercício a CBTU apresentou Patrimônio Líquido negativo conforme descrito na Nota 14 – Patrimônio Líquido.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 15 de março de 2023.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua. As Notas 8b – Imobilizações em Andamento; 8c – Impairment; 10 – Provisão para Contingências e 22 – Programa Nacional de Desestatização, se inserem nesse contexto.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

I. Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

II. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

III. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço, conforme CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil – BACEN nº 3.284 de 25/05/2005.

IV. Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. Está previsto para o exercício de 2023 a implantação de uma política de estoques de forma a atender o CPC 16 – Estoques.

V. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 09/01/2023, identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis no valor de R\$ 8.711 mil. Quanto a necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação entendemos não ser necessária no momento.

- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano;
- O intangível está representado basicamente por direitos de uso

VI. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

VII. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

I. Ativos e passivos contingenciais

Um ativo ou passivo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um ativo ou passivo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os ativos ou passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que os recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis.

VIII. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

IX. Determinação do Valor Justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

X. Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016 e o Regramento da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO

A CBTU está reapresentando os saldos das Demonstrações Contábeis de 31/12/2021 e de 31/12/2020, para fins de comparação, de acordo com NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Esses ajustes estão referenciados nas Notas 06b – Depósitos Judiciais, 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento) e 14 – Patrimônio Líquido (Prejuízos Acumulados).

As retificações referem-se:

a) Ao trabalho de levantamento da base de depósitos judiciais, executado por uma equipe interdisciplinar em 2022, que resultou em uma baixa total de R\$ 55.290 mil, sendo R\$ 51.541 mil, referente aos anos anteriores conforme detalhado na Nota 06b – Depósitos Judiciais;

Para efeito de comparabilidade a empresa retroagiu os ajustes aos saldos de abertura do exercício de 2020, pois não haveria possibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados nos exercícios anteriores a 2020, dessa forma, caso fossem reapresentadas não estariam apresentando informações fidedignas.

b) Identificação, pela companhia, de que em 2020 houve um registro em duplicidade de Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 46.693 mil, cujo o registro original ocorreu em 2019, conforme detalhado na Nota 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento);

Composição do Balanço Reapresentado – valores em R\$ mil:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPOSIÇÃO DO BALANÇO REAPRESENTADO - VALORES EM R\$ MIL:

BALANÇO PATRIMONIAL									
	31/12/21		31/12/21	31/12/20		31/12/20	01/01/20		01/01/20
	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO
	APRESENTADO			APRESENTADO			APRESENTADO		
ATIVO									
ATIVO NÃO CIRCULANTE									
DEPÓSITOS JUDICIAIS	207.671	(51.541)	156.130	218.851	(50.739)	168.112	501.884	(49.278)	452.606
IMOBILIZADO	2.457.086	46.693	2.503.779	2.488.535	46.693	2.535.228	-	-	-
	2.673.827	(4.848)	2.668.979	2.994.654	(4.046)	2.990.608	3.368.501	(49.278)	3.319.223
TOTAL DO ATIVO	2.851.006	(4.848)	2.846.158	3.177.067	(4.046)	3.173.021	3.531.165	(49.278)	3.481.887
PASSIVO									
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADOS	(7.855.123)	(4.848)	(7.859.971)	(6.953.031)	(4.046)	(6.957.077)	(6.502.776)	(49.278)	(6.552.054)
	(1.167.330)	(4.848)	(1.172.178)	(297.221)	(4.046)	(301.267)	135.405	(49.278)	86.127

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE									
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(136.447)	(802)	(137.249)	(157.445)	(1.461)	(158.906)	(141.918)	(49.278)	(191.196)
PROVISÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE BENS	-	-	-	(80.312)	46.693	(33.619)	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL									
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(7.855.123)	(4.848)	(7.859.971)	(6.953.031)	(4.046)	(6.957.077)	(6.502.776)	(49.278)	(6.552.054)
	(1.167.330)	(4.848)	(1.172.178)	(297.221)	(4.046)	(301.267)	135.405	(49.278)	86.127

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC									
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)
DEPÓSITOS JUDICIAIS	11.180	802	11.982	283.033	1.461	284.494	(25.737)	49.278	23.541

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA									
ENERGIA, SERV E OUTRAS DESP. OPER.	215.727	802	216.529	251.867	1.461	253.328	236.817	49.278	286.095
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 04 – DISPONIBILIDADE

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Trânsito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Dez/2022	Dez/2021
Caixa	34	80
Conta Única do Tesouro Nacional	65.072	44.732
Valores em Trânsito	1.693	3.491
Aplicações Financeiras	1.137	69.949
	67.936	118.252

NOTA 05 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema da extinta STU de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCCAF/AGU onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos, estando previsto ainda, no primeiro trimestre a discussão com as demais áreas envolvidas (MDR, Ministério da Economia e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN)

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio da Grande Recife em cobrança judicial, a CBTU considerando os preceitos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

COMPOSIÇÃO CONTAS A RECEBER – VALORES EM R\$ MIL:

	Dez/2022	Dez/2021
RFFSA	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	454	2.238
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	521	698
Créditos em Liquidação	99.782	99.447
OUTRAS	660	506
	116.285	117.757
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.299)	(110.299)
Total	5.986	7.458

NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

a) Penhoras Judiciais – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente na Superintendências de Trens Urbanos de Recife.

Segue a composição das Penhoras Judiciais – valores em R\$ mil:

				Dez 2022				Dez 2021
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	71.568	6.172	225	77.965	86.652	6.056	225	92.933
Penhoras do Período	30.280	-	-	30.280	40.986	397	-	41.383
Recuperação de Penhoras	(22.721)	-	-	(22.721)	(56.070)	(281)	-	(56.351)
Baixa BH	(79.127)	-	-	(79.127)	-	-	-	-
Saldo do Exercício	-	6.172	225	6.397	71.568	6.172	225	77.965

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Depósitos Judiciais – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença.

Em março/2022, a CBTU celebrou convênio com o Banco do Brasil com vistas a acompanhar os depósitos efetuados em juízo, a certificar tempestivamente os valores corrigidos utilizados na liquidação das ações trabalhistas, e a recuperar eventuais valores que não tenham sido utilizados na ocasião da execução. Igualmente, e com finalidade similar, formalizou contrato junto à Caixa Econômica Federal em dezembro/2022.

Outrossim, para fortalecer os controles internos mormente no que pertine aos depósitos judiciais, em setembro/2022 a Diretoria Executiva designou grupo de trabalho interdisciplinar, constituído por empregados das áreas jurídica e contábil-financeira da Administração Central e Superintendências, o qual desenvolveu as seguintes ações no curso do exercício 2022.:

- Saneamento das inconsistências que consistiu no expurgo de valores registrados a título de custas processuais, garantia de juízo, condenação, honorários periciais etc.;
- Identificação dos valores de depósitos vinculados aos processos judiciais arquivados;
- Edição de normativo estabelecendo responsabilidades e procedimentos relacionados aos pagamentos e os registros contábeis das despesas jurídicas e regulando o fluxo de informações entre as áreas jurídica e contábil-financeira;

· Edição de ato administrativo regulamentado, a baixa em conta contábil dos depósitos recursais vinculados aos processos judiciais arquivados. O referido ato se embasou no entendimento sedimentado pelo grupo de trabalho, o qual, entre outros, considerou que: a recuperação dos valores apresentava elevado grau de incerteza; o arquivamento processual pressupõe o cumprimento de todas as etapas e, por conseguinte, a própria dedução de depósitos recursais na fase de execução; o princípio da prudência, o qual adota uma postura, em situações nas quais existem duas alternativas igualmente prováveis, que resulte no menor patrimônio líquido, seja através de um maior valor ao passivo ou de um menor valor ao ativo;

· Edição de ato administrativo estabelecendo os critérios para a recuperação dos valores remanescentes em contas judiciais existentes no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal que sejam favoráveis à Companhia em processos que se encontram arquivados e/ou com movimentação de execução finalizada.

Conforme descrito nas Notas 03b – Reclassificação e 14 – Patrimônio Líquido (Prejuízos Acumulados), foi baixado o montante total de R\$ 55.290 mil de depósitos judiciais, R\$ 51.541 mil é referente a períodos anteriores a 2022 e R\$ 3.749 mil referente ao exercício de 2022.

As ações adotadas em sede do referido grupo de trabalho, cujos resultados parciais repercutiram diretamente nos controles internos da Companhia, associadas aos efeitos da cisão da Subsidiária CBTU-MG, culminaram em redução substancial na Conta Contábil Depósitos Judiciais, conforme o quadro abaixo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPOSIÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS - VALORES EM R\$ MIL:

	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentação	31/12/2020 Reapresentação	01/01/2020
Saldo do Exercício Anterior	78.165	75.179	76.703	125.981
Adições	15.180	6.606	45.631	-
Baixa - Cisão CBTU-MG	(40.792)	-	-	-
Baixas	(3.749)	(3.620)	(47.155)	(49.278)
Saldo do Exercício	48.804	78.165	75.179	76.703

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

NOTA 08 - IMOBILIZADO:

a) Composição do Imobilizado Geral - valores em R\$ mil:

	Dez/2022	Dez/2021 REAPRESENTADO	Dez/2020 REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	2.503.779	2.535.228	2.641.518
Adições / Doação	99.433	46.552	20.986
Baixas	(3.446)	(1.837)	(5.441)
Baixas BH	(225.229)	-	-
Impairment	(8.698)	-	-
Depreciações	(66.666)	(76.164)	(88.216)
Ajustes	-	-	(33.619)
Saldo do Exercício	2.299.173	2.503.779	2.535.228

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a.1) Composição do Imobilizado Detalhado - valores em R\$ mil:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	Dez/2022	Dez/2021 REAPRESENTADO	Dez/2020 REAPRESENTADO
Terrenos	-	364.088	364.088	365.204
Edificações	1,25 a 2,00	649.986	649.646	648.034
Instalações	2,00 a 3,33	852.217	848.137	841.737
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	829.177	1.150.063	1.157.555
Veículos	20	9.661	12.058	12.158
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	43.327	72.286	74.973
Outras Imobilizações Tangíveis	10	38.833	44.051	36.983
Imobilizações em Andamento	-	976.683	903.618	1.566.467
Correção Monetária - Lei 8.200/91	Diversas	444.882	452.281	452.317
		4.208.854	4.496.228	5.155.428
Depreciações Acumuladas		(1.364.590)	(1.456.056)	(1.380.390)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(545.091)	(536.393)	(1.239.810)
Total:		2.299.173	2.503.779	2.535.228

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações na extinta STU de Belo Horizonte e na STU Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação.

Conforme descrito nas Notas 03 - Reclassificação e 08b - Imobilizado (Imobilizações em Andamento), no exercício de 2020 houve um lançamento de ajuste na conta de Provisão ao Valor Recuperável de Ativos, conta retificadora do Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 46.693 mil. Ocorre que em 2019 este valor já havia sido considerado no lançamento, de Provisão ao Valor Recuperável, tendo o valor lançado em 2020 em duplicidade, os efeitos desse ajuste foram efetuados a débito da Provisão do Valor Recuperável de Ativos e a Crédito do Resultado daquele exercício.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento no CPC 27 - Ativo Imobilizado e no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Composição das Imobilizações em Andamento – valores em R\$ mil:

	Dez/2022	Dez/2020 REAPRESENTADO	Dez/2020 REAPRESENTADO
Sistema de BH	67.569	73.508	68.111
Sistema de Recife	186.833	183.376	139.321
Sistema do RJ	272.684	272.684	651.803
Sistema de SP	230.090	230.090	554.388
Outras Obras	219.507	143.960	152.844
Subtotal:	976.683	903.618	1.566.467
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(545.091)	(536.393)	(1.239.810)
Total:	464.402	400.035	359.467

c) Impairment:

A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 09/01/2023, identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis no montante de R\$ 8.711 mil. Quanto a necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação entendemos não ser necessária no momento.

NOTA 09 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido. As aquisições do exercício são referentes a licenciamento de software perpétuo, por assinatura e software como serviço (SAAS).

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Dez/2022	Dez/2021
Saldo do Exercício Anterior	5.351	5.363
Adições	13.375	-
Baixas	1.271	-
Amortizações	-	12
Saldo do Exercício	17.455	5.351

NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2022 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Composição de Provisão para Contingências - valores em R\$ mil:

PROVÁVEIS	CÍVEIS	TRABALHISTAS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	513.080	140.461	63.971	717.512
Reversão de Provisão	(19.424)	(88.612)	(56.012)	(164.048)
Pagto de Sentenças	(493.656)	(51.849)	(7.959)	(553.464)
Provisão do Exercício	281.919	133.937	37.101	452.957
Saldo do Exercício	281.919	133.937	37.101	452.957

Das 3.731 ações de natureza trabalhista, 691 foram classificadas como prováveis e 1.277 como possíveis. Das 1.669 ações de natureza cível, 376 foram classificadas como prováveis e 529 como possíveis. Das 274 ações de natureza tributária, 118 foram classificadas como prováveis e 38 como possíveis.

Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES), incorporação da gratificação da função de confiança, isonomia, horas extra, periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

Nas ações trabalhistas que foram classificadas como prováveis, estimasse o pagamento de R\$ 84.570 mil nos próximos 12 meses e R\$ 49.367 mil a partir de 01/01/2024.

Nos pagamentos de ações trabalhistas em 2022, destaque para os montantes de R\$ 33.812 mil de uma ação movida pelo Sindicato dos Metroviários da extinta STU de Belo Horizonte referente a diferenças salariais de adicionais de tempo de serviço, férias, horas extras, abonos, gratificações, etc., e de R\$ 10.465 mil de uma ação de referente a equiparação salarial de segurança metroviário dos empregados transferidos do Rio de Janeiro para Belo Horizonte.

As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriações de imóveis, as condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

Merece destaque a ação cível de nº 0820880-66.2019.4.05.8300 que se refere à cobrança movida pela Construtora OAS S/A, postulando o ressarcimento das despesas adicionais que na execução do Contrato 19/98-DT, teve de suportar em função, principalmente, do atraso na entrega das áreas que encerrariam o sítio da obra contratante, atraso esse imputável exclusivamente à CBTU, que de acordo com as alegações da construtora, a própria CBTU veio a reconhecer durante os debates em primeira instância (Processo nº 001.2005.0202827-6). Devido ao andamento processual, estima-se que a CBTU deva realizar a garantia do juízo no valor estimado de R\$ 220.022 mil em menos de 12 meses. Portanto, o risco provável que era classificado como não circulante, passou a ser classificado como circulante.

A ação de cobrança nº 0292185-80.2014.8.19.0001 ajuizada pela Construtora Ferreira Guedes S/A, objetivando, em síntese, a incidência de correção monetária e expurgos econômicos nas faturas pagas com o atraso em contratos firmados com a extinta RFFSA e CBTU, bem como, o pagamento de indenização por perdas e danos decorrentes da referida inadimplência, que anteriormente havia sido classificada como risco provável circulante no valor de R\$ 392.490 mil, deixou de integrar o Relatório de Riscos Fiscais, uma vez que a CBTU realizou a garantia do juízo com o depósito de R\$ 393.407 mil em 20/10/2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o cumprimento das ações tributárias classificadas como prováveis, a estimativa é que seja pago o valor de R\$ 17.046 mil nos próximos 12 meses e R\$ 20.055 mil a partir de 01/01/2024.

Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério da Economia.

Composição de Possíveis das Ações - valores em R\$ mil:

POSSÍVEIS	Dez/2022	Dez/2021
Trabalhistas	270.761	302.343
Cíveis	83.004	76.877
Tributários	1.152	54.308
Total:	354.917	433.528

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES A PAGAR

Referem-se as obrigações diversas a pagar onde os valores mais relevantes são as de Pensões Vitalícias e de Descentralização Orçamentária / Financeira do MDR, e que será baixada no exercício de 2023, conforme demonstrativo abaixo:

Composição de Obrigações a Pagar - valores em R\$ mil

	Dez/2022	Dez/2021
Pensão Vitalícia	3.007	3.677
Integração Tarifária	231	1.410
Descentralização	30.632	-
Outras	1.696	648
Total:	35.566	5.735

NOTA 12 - RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O saldo em 30/06/2022 foi integralmente utilizado na constituição da subsidiária integral da CBTU, conforme **Nota 23 - Criação e Cisão de Subsidiária**.

NOTA 13 - RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto N° 2.673 de 16 de julho de 1998.

No exercício, permanece ainda o valor de R\$ 134 mil (2021 - R\$ 9.142 mil) referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.642.346.766.155 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União.

Em 26/04/2022, houve uma subscrição do Capital Social, conforme Ata AGE de nº 04-2022 de 26/04/2022, no valor de R\$ 63.452 mil sendo R\$ 55.910 mil de ingressos de capital referentes aos anos de 2019 e 2020 (R\$ 37.787 e R\$ 18.123 mil, respectivamente) e R\$ 7.542 mil referentes a atualização da SELIC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

Patrimônio Líquido Negativo

A CBTU apresentou Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 1.325.090 mil, devido aos prejuízos acumulados.

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal, não está sujeita a lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

Prejuízo Acumulado

Conforme as disposições da NBC-TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro foram efetuadas as seguintes regularizações:

a) Face ao resultado do grupo de trabalho constituído pela Diretoria Executiva da CBTU, foi apurado o montante total de R\$ 55.290 mil referente a baixas dos depósitos judiciais, sendo que R\$ 51.541 mil se referente a anos anteriores ao exercício de 2022, conforme a Nota 03a – Reapresentação e a Nota 06b – Depósitos Judiciais;

b) Conforme descrito na Nota 03b – Reclassificação e na Nota 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento), foi efetuada a regularização do valor de R\$ 46.693 mil referente a Redução de Valor Recuperável do Imobilizado.

NOTA 15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Composição de Custos dos Serviços Prestados – valores em R\$ mil:

	Dez/2022	Dez/2021
Pessoal, Encargos e Benefícios	516.894	527.348
Concessionárias	51.757	55.588
Serviços de Terceiros	133.603	124.613
Materiais	20.983	24.707
Total:	723.237	732.256

NOTA 16 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As variações mais relevantes foram decorrentes das baixas nas contas de depósitos judiciais no montante de R\$ 3.749 mil, conforme demonstrado na Nota 06 – Depósitos Judiciais e da liberação de recursos no montante de R\$ 30.632 mil, conforme demonstrado na Nota 11 – Obrigações a Pagar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 17 - SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Corresponde a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU.

COMPOSIÇÃO DAS SUBVENÇÕES RECEBIDAS - VALORES EM R\$ MIL:

	Dez/2022	Dez/2021
Pessoal, Encargos e Benefícios	625.216	629.531
Despesas Decorrentes de Sentenças	919.155	569.818
Custeio	84.543	53.764
Juros e Encargos da Dívida	-	17.448
Total:	1.628.914	1.270.561

NOTA 18 - RESULTADO FINANCEIRO

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras - valores em R\$ mil:

RECEITAS FINANCEIRAS	Dez/2022	Dez/2021
Variação Monetária de Tributos a Recuperar	1.988	81
Variação Cambial de Depósitos Especiais	-	951
Juros de Aplicações Financeiras	2.733	1.692
Outras	68	46
TOTAL	4.789	2.770
DESPESAS FINANCEIRAS	Dez/2022	Dez/2021
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	380.693	885.141
Variação Cambial e Encargos de Financiamentos	-	1.798
Variação Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	231	373
Baixa de Tributos a Recuperar	273	
Outras	348	1.459
TOTAL	381.545	888.771
Total:	(376.756)	(886.001)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 19 – INDÍCES ECONÔMICOS

Segue a composição dos Índices Econômicos:

	DEZ/2022	VAR %	DEZ/2021
LIQUIDEZ CORRENTE	0,13	(27,78)	0,18
LIQUIDEZ GERAL	0,04	(60,00)	0,10
ENDIVIDAMENTO	153,44	21,31	126,48
SOLVENCIA GERAL	0,65	(17,72)	0,79
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS	(0,35)	20,69	(0,29)
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(173,51)	(18,61)	(213,18)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

Composição das Partes Relacionadas – valores em R\$ mil:

PARTE RELACIONADA	VALOR DOS CONTRATOS	VALOR PAGO	
		Dez/2022	Dez/2021
EBCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	2.112	146	438
DATA PREV	302	-	302
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	410	15	5
IMPRESNA NACIONAL	131	-	107
PETROBRÁS	25.924	7.077	11.222
PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO		PARTE RELACIONADA	
JOSÉ MARQUES DE LIMA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIR. PRESIDENTE - CBTU	
ADRIANA FONSECA LINS		DIRETOR TÉCNICO - CBTU	
EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA		DIRETOR DE PLANEJAMENTO - CBTU	
JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO		GERENTE GERAL GESTÃO FINANCEIRA - CBTU	
CIRANO LOPES DE OLIVEIRA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU	
EDSON SILVEIRA SOBRINHO		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU	
MANOEL RENATO MACHADO FILHO		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU	
MARCELO RIBEIRO MOREIRA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Plano de Previdência e Pensão a Empregados

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU, gerido pela REFER, é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes. De todo modo, todas as hipóteses envolvidas no cálculo atuarial e apresentadas neste tópico, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

Legenda:

- (1) O indexador utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- (2) A hipótese de crescimento salarial foi indicada pela Patrocinadora, considerando a sua expectativa futura de reajustes salariais.
- (3) A hipótese de rotatividade foi indicada pela Patrocinadora considerando sua expectativa futura de desligamentos dos Participantes do Plano. De forma conservadora, estamos considerando que 100% dos Participantes optam pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido na data do término do vínculo empregatício.
- (4) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias. O fator de 98% indica que, em média, os benefícios perdem 2% do seu valor entre duas datas de reajuste, que seria a situação verificada com uma inflação anual compreendida no intervalo de 3,4% a 5,7% e reajustes anuais para reposição dessa inflação.
- (5) Aplicável a todos os Participantes Ativos e Assistidos, tendo em vista que a composição familiar dos mesmos não foi disponibilizada pela REFER.

CONFIRA OS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM NOSSO SITE:
<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/desempenho/balanco>

Demonstrativo das Hipóteses Atuariais:

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2022	31/12/2021	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuariais do Plano(1)	4,75% ao ano	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido nos regulamentos dos planos.
Crescimento Real de Salário(1)(2)	2,00% ao ano	2,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial da patrocinadora do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários(3)	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade(1)	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da Entidade verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS(3)	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade(4)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Reflete as taxas de desligamento da patrocinadora, por causas diferentes de morte, invalidez ou aposentadoria, inclusive daqueles que se desligam do plano sem se desligarem da patrocinadora.
Tábua de Mortalidade	AT-83	AT-83	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invalidez	Ligth Média	Ligth Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses(5)			Projeta o perfil familiar dos participantes.
Percentual de casados	90%	90%	
Diferença de idade entre homem e mulher	4 anos	4 anos	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES DO PLANO		
	Dez/2022	Dez/2021
Participantes (*)	1.416	2.055
Assistidos (**)	1.022	967
Beneficiários	504	499
Total:	2.942	3.521

Obs.: (*) O quantitativo de Participantes abrange os participantes Ativos, Auto patrocinados e Vinculados (BPD).

(**) O quantitativo de Assistidos abrange as Aposentadoria Programadas, Não Programadas (Invalidez e Incapacidade Vitalícia) e Auxílios (Doença, Reclusão e Incapacidade Temporária).

Em 19 de abril de 2021, foi homologado o acordo para pagamento da dívida da CBTU com a REFER no montante de R\$ 2.780.411 mil, base 31/03/2020.

O acordo será pago em até 18 anos, em parcelas mensais, com juros de 6% ao ano e corrigido pelo INPC. O acordo resolve o déficit anteriormente existente nos planos da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, que colocava em risco as aposentadorias e a continuidade da REFER.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 349.505 mil no passivo circulante e R\$ 2.892.914 mil no passivo não circulante.

Composição da REFER – valores em R\$ mil:

	DEZ/2022	DEZ/2021
Saldo do Exercício Anterior	3.202.232	2.655.933
Juros e Encargos	380.827	885.141
Pagto Antes do Acordo	-	(23.341)
Pagto Depois do Acordo	(340.640)	(315.501)
Saldo do Exercício	3.242.419	3.202.232

De acordo com as informações mais atualizadas da REFER o plano apresentou superávit de R\$ 166.925 mil em 31/12/2022, não havendo necessidade de provisionamento de eventual plano de equacionamento.

NOTA 21 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS

O plano de cargos e salários da CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados.

Segue a composição das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados em 31 de dezembro de 2022:

· Com relação aos conselheiros de administração e de fiscal, a média mensal por conselheiro foi de R\$ 2.512,37;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

· Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal foi de R\$ 25.705,66 e R\$ 22.352,89, respectivamente. A média mensal foi de R\$ 23.470,48;

· Com relação aos empregados da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal foi de R\$ 46.613,17 e R\$ 1.954,06, respectivamente. A média mensal foi de R\$ 10.733,34;

· A quantidade de empregados é de 2.712.

Cabe ressaltar que todo salário acima do teto constitucional de R\$ 39.293,32 sofre corte até este valor.

NOTA 22 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 08/05/2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

A Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020 aprovou a Reestruturação Societária da CBTU com a criação de 05 subsidiárias integrais, com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais.

A reestruturação societária está em curso, o que implicará na alteração da estrutura societária da CBTU de matriz e filiais para uma Holding, no caso da Administração Central, com 5 subsidiárias integrais.

NOTA 23 – CRIAÇÃO E CISÃO DE SUBSIDIÁRIA

Em assembleia realizada no dia 13/04/2022, em conformidade com as Resoluções do PPI, conforme descrito na Nota 22 – Programa Nacional de Desestatização foi deliberado pela criação da CBTU-MG, subsidiária integral da CBTU; com a incorporação dos ativos, com exceção dos bens imóveis e dos passivos, com exceção das provisões cíveis, da filial da CBTU em Belo Horizonte.

Em 28/09/2022, em assembleias realizadas na CBTU e na VDMG (Empresa Veículo de Desestatização MG Investimentos S/A), foi deliberado a cisão da CBTU-MG da CBTU para a VDMG, conforme o Protocolo de Cisão e Laudo de Avaliação Contábil com a data base de 30/06/2022 bem como as variações patrimoniais entre a data do laudo de avaliação e a data da cisão.

A cisão, na CBTU, resultou na redução da conta de Investimentos e Capital Social no montante de R\$ 334.349 mil

COORDENAÇÃO EDITORIAL E DE CONTEÚDO

MARIANA FERNANDES - GEPL

SILVANIA FURTADO - GAPLO

REVISÃO

JONATHAN COSTA - GAPLO

EDITORIAÇÃO

CONRADO PORTELLA - GECIN

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

ANDRÉ HOZUMI - GECIN

CLARICE CONCÊ - GECIN

SIGLÁRIO



ACP AÇÃO CIVIL PÚBLICA	CCO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL	CPTM COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS
AECI ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	CECBTU COMISSÃO DE ÉTICA DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CTS COMPANHIA DE TRENS DE SALVADOR
AGR AVALIAÇÃO GERAL DE RISCO	CENTRAL COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	DMLP DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO
AGU ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE
BACEN BANCO CENTRAL DO BRASIL	CGPAR COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO	ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BHTRANS EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	CGU CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	E-OUV SISTEMA DE OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
BIRD BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO	COAUD COMITÉ DE AUDITORIA	ERPS ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL)
BSC BALANCED SCORE CARD	CONAD CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	FGTS FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
CADIN CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL	CONAMA CONSELHO NACIONAL DO MEI AMBIENTE	FLUMITRENS COMPANHIA FLUMINENSE DE TRENS URBANOS
CAES CONSUMO SUSTENTÁVEL DE ÁGUA E ENERGIA	CONFI CONSELHO FISCAL DA CBTU	GAJUR GERÊNCIA GERAL - JURÍDICA
CBTU COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CPC COMITÉ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	
CCAF CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL		

SIGLÁRIO

GECIN

GERÊNCIA TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

GEDES

GERÊNCIA TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

GETIN

GERÊNCIA TÉCNICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

GHC

GREEN HOUSE GASES PROTOCOL

ICPC-10

INTERPRETAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO INICIAL AO ATIVO IMOBILIZADO E À PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CPCs 27, 28, 37 E 43

IGSEST

INDICADOR DE GOVERNANÇA DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

INPC

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

INSS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INTOSAI GOV

GUIDELINES FOR INTERNAL CONTROL STANDARDS FOR THE PUBLIC SECTOR (DIRETRIZES PARA NORMAS DE CONTROLE INTERNO PARA O SETOR PÚBLICO)

IPS

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SUMÁRIA

LED

LIGHT EMITTING DIODE (DIODO EMISSOR DE LUZ)

LOA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

MDU

MÉDIA DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR DIA ÚTIL TÍPICO

METROFOR

METRÔ DE FORTALEZA

NBC

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NR7

NORMA REGULAMENTADORA 7

NUP

NÚMERO ÚNICO DE PROTOCOLO

PAD

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PADRÃO DMR

DIGITAL MOBILE RADIO (RÁDIO DIGITAL MÓVEL)

PAT

PROGRAMA DE AMPARO AO TRABALHADOR

PDTIC

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PDTIC-SISP

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PDV

PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

PETIC

PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PLOA

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PND

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

PGRS

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PGU

PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

POSIC

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

RAINT

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

REFER

FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL

RFFSA

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A

SIGLÁRIO

RH

RECURSOS HUMANOS

RILC

REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

RIOTRILHOS

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SEI

SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

SELIC

SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA

SEST

SECRETRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

SIADS

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PATRIMONIAL

SICTE

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE E TRÁFEGO E ENERGIA E VÍDEO WALL DO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL

SINAC

SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA

SINVE

SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

SPU

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SISP

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

STU-JP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

STU-NATAL

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

SUT-MAC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

SWOT

FORÇAS (STRENGTHS), FRAQUEZAS (WEAKNESSES), OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES) E AMEAÇAS (THREATS)

TAC

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TCU

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TI

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TIC

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TRF

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

TUE

TREM DE UNIDADE ELÉTRICA

UAIG

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

UMAPAT

UNIFICAÇÃO DO MAPEAMENTO DAS AÇÕES TRABALHISTAS

VLT

VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS